

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

ATA Nº 004

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Senhoras e senhores, boa-tarde!

Vamos dar início à audiência pública solicitada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social desta Casa, atendendo solicitação do Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, através do seu coordenador, Dr. Paulo Eduardo dos Santos.

Nós requeremos esta audiência pública com a finalidade de discutir a situação da educação em Mato Grosso.

Convido, para fazerem parte da Mesa, o Sr. Paulo Eduardo dos Santos, Coordenador do Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; a Sr<sup>a</sup> Zileide Lucinda dos Santos, Superintendente de Ensino e Currículo, representando a Secretária Estadual de Educação, Sr<sup>a</sup> Ana Carla Muniz; o Sr. Júlio César Viana, Presidente do SINTEP; a Sr<sup>a</sup> Tânia Tereza Pascoalini; a Sr<sup>a</sup> Maria Auxiliadora Azevedo, representando a Presidente do Conselho Estadual de Educação, a Professora Alaíde Alves Mandieta; a Major Zózima Sales, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Vitor Hugo Metello Siqueira; e o Dr. José Antônio Pereira, Promotor da Infância e Juventude.

Pediram-me para aguardar os outros Deputados, mas nós marcamos e vamos começar no horário esta audiência pública, em respeito à plenária.

Atendendo solicitação do Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, através de seu coordenador, Sr. Paulo Eduardo dos Santos, nós requeremos esta audiência pública.

Nós gostaríamos, inicialmente, de louvar a iniciativa da Campanha Nacional - inclusive, nós vimos o prospecto, muito didático, muito metodológico, visual muito bom e gostaríamos de ter mais dele na Comissão -, principalmente no que tange os seus objetivos, haja vista que, vivendo a era do conhecimento, nenhuma nação jamais alcançará seu desenvolvimento sem a absoluta convicção da prioridade de investimentos em seu sistema educacional.

A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social deste Poder, conforme Ato nº 04/04, de 18 de março do corrente, é formada pelo Deputado Humberto Bosaipo, na condição de Presidente, e pelos Deputados Mauro Savi, Sebastião Rezende, José Carlos Freitas e Verinha Araújo.

A alínea “a”, II, do art. 49 do Regimento Interno, define que compete à Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social opinar sobre proposições e assuntos concernentes à educação e instrução pública ou particular e a tudo que disser respeito ao desenvolvimento educacional, desportivo e artístico.

Da mesma forma a Constituição Estadual estabelece em seu art. 240 que a definição da política educacional é privativa da Assembléia Legislativa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Senhoras e senhores, esta audiência pública configura-se como uma marca ou o ponto de partida para uma nova dinâmica a ser empreendida na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social. Nosso objetivo primordial é estarmos presentes em todas as etapas do processo de aprimoramento do sistema educacional em Mato Grosso e não somente na expedição de pareceres quanto ao mérito das matérias que aportam no Poder Legislativo.

Entendemos que todo processo que leve a resultados exequíveis e a satisfação dos legítimos interesses da sociedade passa necessariamente por uma profunda reflexão no papel do ensino no contexto socioeconômico e cultural do Estado e pelos instrumentos e ações que garantam esses avanços.

Nesse enfoque, além das já elencadas pela Campanha Nacional, entendemos ser imprescindível a discussão de alguns temas fundamentais como:

- a implantação do Plano Estadual de Educação;
- a valorização dos profissionais da educação, seja no campo salarial, seja na contínua atualização e aperfeiçoamento desses profissionais;
- o cumprimento das disposições da LOPEB;
- o conteúdo programático do *currículum* de nossas escolas públicas e privadas, com ênfase para a formação do espírito de cidadania em nossos jovens;
- os programas oficiais de incentivo à educação, como bolsa escola, merenda escolar e inclusão digital.

Queremos destacar também, a necessidade de consolidação das leis em geral, que tratam da área da educação e sua ampla divulgação no País. Se já é difícil para qualquer cidadão ter acesso a uma lei, imagina ter acesso as suas diversas modificações que periodicamente são realizadas.

Enfim, o objetivo dessa audiência é ouvir os diversos segmentos ligados à educação em nosso Estado, durante a Campanha Nacional pelo Direito à Educação que ocorre em todo País de 19 a 25 de abril.

Desejamos a todos uma boa audiência.

Muito obrigado (PALMAS).

Nós vamos passar a palavra aos palestrantes de imediato. Eu tirarei um pouco da burocracia desta audiência para que ganhemos tempo. Nós vamos ter um espaço de 10 minutos, podendo ser prorrogado. Acho o espaço pouco, mas podemos prorrogar caso haja necessidade. E se alguém da platéia quiser fazer interpelação, deverá fazer inscrição com o Cerimonial. A interpelação terá prazo de três minutos.

Com a palavra, o Presidente do SINTEP, Professor Júlio César Viana.

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA - Boa-tarde a todos e a todas, quero aqui cumprimentar da forma mais ágil possível, até para potencializar esses dez minutos. Quero cumprimentar a Mesa desta Audiência Pública, na pessoa do Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo; companheiros e companheiras trabalhadores da educação; senhoras e senhores.

Nós vemos sempre com otimismo cada oportunidade, Deputado, de fazermos um debate da questão educacional. A educação é, antes de mais nada, parte de um processo de construção realizado num contexto contraditório, não só contraditório do ponto de vista dos interesses de classe, mas também contraditório do ponto de vista das premissas educacionais, dos conceitos e das teorias que dialogam dentro do contexto educacional e também ideológico do ponto de vista entre a realidade possível e a realidade oferecida, a realidade estabelecida, não por força da lei, mas muitas vezes por força de um autoritarismo que tem como marca, neste momento da história, o desrespeito àquilo que já foi estabelecido como lei.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

De qualquer maneira, embora inúmeras vezes tenhamos aqui debatido a questão educacional, sempre vejo com otimismo cada um desses debates. Até porque sem isso talvez não tivéssemos condição de construir a nossa esperança, de construir a nossa perspectiva de futuro.

A situação da educação em Mato Grosso é carregada, como todo processo educacional, é de contradição. Esse momento da história, comparado com esses trinta anos, é uma situação, eu diria, que poderia propiciar condição muito mais efetiva para o desenvolvimento da questão educacional.

Nós, nesses trinta anos, comparando quando chegamos, a maioria dos atuais matogrossenses migrantes como eu, nós encontramos um Estado, tendo em vista o próprio processo de ocupação, mais centralizado na região Centro Sul do Estado. E como a grande parte da ocupação foi feita no Norte ou no Nortão, principalmente nas novas fronteiras, há necessidade de estabelecer desde a infra-estrutura, a criar, muitas vezes improvisar os profissionais para poder atender essa demanda, no momento em que crescia essa demanda em Mato Grosso em torno de 20%, 25% ao ano, muito mais do que crescia a economia do Estado. A realidade de hoje é totalmente inversa. Nós chegamos no momento da estabilidade da demanda da educação... Eu não gosto de usar a expressão, porque trabalho com a Educação de Jovens e Adultos. É a chamada Educação Regular ou Educação Infante-Juvenil, mas chegamos num momento de estabilidade. Desde 98 para cá, nós temos tido um decréscimo ano a ano nas matrículas no Ensino Fundamental, principalmente.

Se estivéssemos mantendo o mesmo patamar de investimento de dez anos atrás, nós poderíamos dizer que teríamos mais recursos hoje, para cada aluno, do que tínhamos cinco, seis anos atrás.

Infelizmente, Deputado, isso não tem acontecido, porque a lógica de financiamento da educação tem sido uma lógica de redução. E quando eu falo de redução, talvez analisando o valor nominal, não percebemos isso, mas se avaliarmos proporcional ao Produto Interno Bruto - PIB, a cada ano nós estamos tendo uma redução maior naquilo que é investido pela educação.

Outro aspecto que entendo como positivo foi justamente o crescimento econômico deste Estado se compararmos ao período dos últimos 15 anos, nós saltamos de um Produto Interno Bruto - PIB, de algo em torno de três bilhões e quatrocentos milhões de reais, melhor dizendo, para algo em torno de doze bilhões de reais na atualidade. E os dados atuais, nesse caso aí, na avaliação do PIB, feito pelo IBGE, os dados mais atuais são do ano de 2000. Se considerarmos esses quatro anos, do ano 2000, que tivemos uma evolução fabulosa na economia do Estado, provavelmente já estamos beirando aí dezesseis, dezoito bilhões de reais por ano. No entanto, quando comparamos os recursos aplicados na educação e, por incrível que pareça, mesmo quando observado o valor nominal, no período que vai de 1995 ao ano 2000, nós tivemos uma regressão. Os dados mais recentes, de 2001 para cá, não temos ainda disponibilizados para poder estabelecer aqui essa comparação.

Temos na educação de Mato Grosso um quadro de 60% a 70%, aliás, em torno de 80% do pessoal com formação além daquela que minimamente é exigida pela lei. Aliás, temos o maior contingente proporcional de professores graduados e pós-graduados na educação pública de Mato Grosso de todo do País, quando avaliado proporcionalmente. Por incrível que pareça, cerca de 60% a 70% desse pessoal fez a sua graduação e sua pós-graduação com esforço pessoal, muitas vezes com sacrifícios da sua vida familiar, da sua renda e da garantia dos meios mínimos necessários para sua sobrevivência e da sua família, até porque o Estado, até bem pouco tempo atrás, não tinha nenhum programa, não tinha nenhum projeto de formação, principalmente na área de graduação e pós-graduação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Recentemente nós tivemos alguns programas e alguns projetos, mas a grande maioria, cerca de 60% a 70%, teve que desembolsar, porque fizeram suas graduações em faculdades e universidades privadas, usando parte dos seus salários para poder assegurar essa condição. Infelizmente, digo isso porque essa é a realidade posta hoje, não permite que pensemos diferentes, e esse esforço não foi correspondido pelo Estado.

Sr. Deputado e Sr<sup>a</sup> Deputada aqui presentes e todo o público, em 1990, eu era professor interino, com graduação de nível médio, recebia 5,6 salários mínimos. Em 1992 ingressei por concurso, e em 1998, com a LOPEB, pude fazer a progressão na carreira, com todo o meu tempo de serviço, porque assim era estabelecido na Lei Complementar nº 50. No ano 2000 concluí a minha graduação, tive a progressão de classe, e hoje, antes do aumento do salário mínimo, que deverá vir daqui a alguns dias, eu recebo 4,1 salários mínimos. Eu tive progressão na carreira, mas tive uma regressão do ponto de vista do meu poder de compra.

E com a lei aprovada pela maioria dos Deputados - e cabe a mim esclarecer ao público presente que nem o Deputado Humberto Bosaipo, nem a Deputada Verinha Araújo aqui presentes votaram a favor dessa lei, eles votaram contrários a ela, como orientação dos trabalhadores da educação -, nós enfrentaremos mais um processo de regressão salarial. Para repor uma inflação de 19,54% foi concedida uma reposição de 7,67%, portanto, nos próximos 12 meses, ao invés de ver a possibilidade de progressão do meu poder aquisitivo, eu terei que enfrentar mais uma vez a regressão ou aprofundar ainda mais essa regressão das minhas condições econômicas, para alimentar a mim e minha família.

Mais do que isso, essa situação é extremamente desestimuladora, uma vez que 80% do atual quadro de profissionais da educação estarão se aposentando nos próximos 5 anos. Temos aqui um grupo de jovens estudantes de escolas públicas, na sua grande maioria, pelo que eu posso identificar em suas camisetas, porque trajam o uniforme da escola, e poucos deles se sentem estimulados a optar por essa profissão, de que eu particularmente tenho orgulho, tenho uma satisfação muito grande por ter optado por ela, como muitos, a maioria dos profissionais da educação.

A escola pública de Mato Grosso, Sr. Deputado, Sr<sup>a</sup> Deputada, senhores e senhoras presentes, na grande maioria do Estado, expressa na sua condição territorial...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Professor, só para eu completar um dado. Qual o percentual que o senhor disse que seria nos próximos cinco anos?

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA - Oitenta por cento, considerando os dados que nós tivemos na época do enquadramento da Lei Complementar nº 50.

Neste Estado, senhores e senhoras, na maioria das escolas mato-grossenses, nós tivemos que entrar na sala de aula para poder garantir educação a esses jovens - no meu caso, adultos, jovens e crianças, na maioria -, nós tivemos que colocar a mão na massa e fazer o piso da sala de aula, levantar as paredes, como fiz em Itaúba. E contribuí também para que ocorresse isso em Colíder, onde nós iríamos, depois, dependurar o quadro, correr atrás dos marceneiros, das serrarias, para nos fornecerem a madeira, para fazermos as carteiras para que pudéssemos ter isso que chamamos de escola.

Não foi somente um projeto político-pedagógico que, ao longo desses 25 anos, 30 anos, estivemos concluindo. Nós, na grande maioria, nesses cinco anos, tivemos que estabelecer, que construir, que formular, tivemos também que construir a própria sala de aula.

Sinto-me muito orgulhoso disso, até porque, tanto em Itaúba, onde trabalhei por volta de dez anos, como em Colíder, onde tenho todo o meu período mais recente, cada vez que saio à rua, cada vez que vou ao mercado, cada vez que vou à feira, cada vez que percorro aquela cidade,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

tenho o orgulho de encontrar, hoje, mulheres e homens que tiveram comigo as lições necessárias, não só para adquirir o conhecimento acadêmico, mas também para o exercício de uma vida social com tolerância, com respeito, mas, antes de mais nada, com dignidade. Alguns desses homens e algumas dessas mulheres...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu vou prorrogar o tempo do Professor Júlio, porque o segundo palestrante ainda não chegou, nem o quarto. Então, o senhor já está ocupando o espaço do segundo palestrante.

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA - Obrigado, Sr. Deputado.

Muitos desses homens e muitas dessas mulheres têm agora seus filhos sob nossa responsabilidade, é mais uma geração, e não nos omitiremos de prestar essa tarefa, que nós, com muito empenho, com muita dedicação, temos buscado desenvolver.

Infelizmente, do ponto de vista institucional, mesmo que tenhamos avançado, como avançamos na formulação da Lei Complementar nº 49, que regulamenta o sistema de ensino em Mato Grosso, estabelecendo um conjunto de regras e de princípios, que é hoje modelo para todo o país, não só do ponto de vista da organização administrativa e burocrática, mas principalmente considerando os direitos, os deveres e as responsabilidades não só dos trabalhadores da educação, mas também do Estado ou de quem governa o Estado.

Infelizmente, a lei que foi formulada num processo de amplo debate com a sociedade e aprovada nesta Casa, também com amplo debate, não tem sido cumprida, não tem sido executada, não tem, desta maneira, assegurado às nossas crianças, aos nossos jovens, aos nossos adultos, e principalmente aos trabalhadores da educação, a escola pública com as condições exigidas pela modernidade.

Não só a Lei Complementar nº 49, mas a Lei Complementar nº 50, porque têm sido sonogados aspectos que são, eu diria, primários dentro de qualquer legislação ou de qualquer carreira, que é a progressão na carreira.

Centenas de trabalhadores da educação, neste momento, perguntam quando é que receberão a sua elevação de classe, a sua elevação de nível, quando terão reconhecido o seu curso de formação profissional, quando terão garantido o direito na prática, porque já está previsto em lei. O grande desafio é hoje, Sr. Deputado e Sr<sup>a</sup> Deputada, arrancar a lei de Mato Grosso do Diário Oficial e colocar no cotidiano da escola pública, no cotidiano do cidadão. Esse é o grande desafio que temos neste momento.

Há dois anos, numa audiência pública como esta, em 2002 - aliás, em 2001, há três anos -, quando discutíamos a campanha salarial, eu dizia que pesa sobre nós uma espécie de maldição, mas nós continuaremos nesta luta e teremos cada momento como este como sendo um momento propício para aprofundar esta discussão, para que possamos, eu não diria denunciar, mas anunciar essa triste realidade em que, muitas vezes, temos que sobreviver.

Para concluir, embora estejamos discutindo a questão em âmbito estadual e dando ênfase à realidade da rede estadual, as redes municipais, nos 142 municípios do Estado, pouco diferem desta realidade, aliás, em alguns casos, são muito mais precárias do que a rede estadual.

O salário de um profissional da rede municipal de educação, hoje, é em torno de 60% do salário de um profissional da rede de ensino estadual. A pressão, a perseguição, a retaliação violenta, são práticas cotidianas dentro da escola pública, a exemplo do que aconteceu esta semana em Guarantã do Norte, quando o Presidente do Conselho do FUNDEF, que tem tido a prática de buscar a transparência, questionar todas as irregularidades, ou pelo menos as dúvidas que ele tem sobre o financiamento ou a aplicação dos recursos naquele município, foi demitido num processo em que ele nem chegou a ser ouvido, numa clara e inequívoca violência ao exercício do direito, conforme previsto na lei federal que estabelece os princípios que regulamentam o Conselho de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Fiscalização do FUNDEF. Cito esse caso do professor Jurandir, demitido esta semana em Guarantã do Norte, apenas como um exemplo, mas não é um fato isolado, a exemplo do que já tivemos em Juara, quando o professor Denílson, do Conselho Fiscal da Previdência pública municipal, também ofereceu denúncia sobre isso, e foi demitido, porém reintegrado, recentemente, em função de processo judicial, quase oito meses depois de sua demissão.

Também situações como a que tivemos em Rondonópolis a um ano e meio ou dois anos atrás, quando diversos colegas numa escola lá sofreram a maior violência em processos administrativos. Só hoje tivemos a notícia de que no Judiciário conseguimos deter e reverter aquela situação.

Na rede municipal a realidade não é diferente da rede estadual.

Como proposta, gostaríamos de dizer que a grande questão que temos hoje, que o grande problema que temos hoje, a grande reivindicação, melhor dizendo, que fazemos hoje é o cumprimento da lei. Se cumprirmos as leis estabelecidas nós já daremos um grande salto de qualidade.

Que leis teríamos de cumprir? O Plano Nacional de Educação, que é seguro educação para crianças de 0 a 3 anos nas creches - e hoje deveríamos ter pelo menos 50% delas atendidas em todo o Estado, responsabilidade dos municípios. Crianças de 4 a 6 anos na pré-escola, que deveríamos ter cerca de 80% hoje atendidas também, conforme o Plano Nacional de Educação. Todos, não só crianças, mas aqueles chamados da idade própria, jovens e adultos que não têm o ensino fundamental, deveriam estar matriculados e cursando o ensino fundamental. Vinte e cinco por cento da população de Mato Grosso tem menos de quatro anos de escolaridade, sendo que o ensino fundamental tem duração de oito anos. Atendimento integral, até o final do ano de 2012, ao ensino médio a todo jovem, não só os que têm de quinze a dezoito anos, mas a toda população incluída no ensino médio.

Infelizmente, considerando os números que nós tínhamos em Mato Grosso, na contagem populacional, a única que tivemos extratificada por faixa de anos de escolaridade, tínhamos cerca de duzentos e setenta mil habitantes que deveriam estar cursando o ensino médio, mas nós tínhamos a matrícula de setenta mil, mais recentemente de cento e cinco mil a matrícula anual. Portanto, temos um déficit muito grande nessa situação. E o principal, um projeto político pedagógico capaz de assegurar a aprendizagem.

Hoje, temos uma escola chamada escola ciclada que, infelizmente, considerando a lógica da escola discípulo que altera conceitos ou rever conceitos sobre tempo, sobre evolução - e aí não é progressão, nós temos uma escola que é uma seriação, porque ela é feita em fases, três ciclos, cada um com três fases, na verdade, três etapas de três séries, com progressão automática entre uma fase e outra...

Muitos desses jovens que estão aqui, muitos dos que não puderam estar aqui presentes, têm sofrido um dano muito grande do ponto de vista da possibilidade de adquirir conhecimento e ter aprendizagem necessária para este momento da história.

O projeto político pedagógico que nós temos privilegia a questão da escolaridade, esquecendo que o importante é o conhecimento, a aprendizagem. Nós temos, hoje, um processo político-pedagógico que privilegia exclusivamente a questão da escolaridade.

Mais uma vez quero agradecer à Assembléia Legislativa, em particular a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo. Dizer da satisfação de podermos estar debatendo esta questão. Esperamos que os pontos elencados, na medida em que o tempo da tarde de hoje não será suficiente para aprofundarmos todo esse debate, mas que os pontos elencados aqui sirvam de referência para um aprofundamento da discussão e do debate nesta questão. Mesmo sendo mais uma vez que estamos debatendo isso,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

estamos aqui porque somos esperançosos e não temos dúvida de que o processo terá que ser um debate constante, mesmo que tenhamos que deixar, como o caso de quem está concluindo a carreira, parte disso para a segunda geração - se houver uma segunda geração que se disponha a manter a sua família, a sua sobrevivência nesta realidade de hoje, com esse patamar de salário, com essas condições de trabalho, com esse desrespeito que sofremos por parte das autoridades governamentais no trato da questão legal. Muito obrigado a todos e a todas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Registramos a presença do membro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, Deputado José Carlos Freitas, e também do Deputado Eliene, que também é professor.

Queremos convidar para compor a mesa o professor Cecílio Pinto, que é o Diretor da Faculdade Afirmativo.

Com a palavra, o Sr. Paulo Eduardo dos Santos, Coordenador do Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. PAULO EDUARDO DOS SANTOS - Exmº Sr. Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo, na pessoa do qual eu quero aproveitar e fazer a mesma coisa que o Júlio César fez, em detrimento do tempo, de cumprimentar os demais representantes desta mesa e demais Deputados. Boa-tarde, senhoras e senhores; alunos; professores; sindicalistas; técnicos da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Estadual de Educação; representantes da UNDIME, que estou vendo aqui presentes; e demais participantes deste momento e deste fórum de debate promovido pela Assembléia Legislativa.

Nós, da Campanha Nacional de Educação, estamos hoje em plena semana de ação global.

A ação global, no ano passado, no ano de 2003, reuniu mais de dois milhões de pessoas naquilo que foi considerada, Srs. Deputados, a maior aula do mundo, envolvendo mais de 60 países numa discussão que tinha como pauta a educação.

Portanto, nós estamos em pleno desenvolvimento, nós estamos em plena ação, nós estamos em pleno debate por todo o Brasil neste exato momento. A campanha teve a iniciativa de hoje, de manhã, entregar para o Procurador-Geral da República uma ação, uma representação contra o Governo Federal para que pudesse estar atualizando os valores do FUNDEF que, neste momento, encontram-se desatualizados.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Sr. Paulo, só um minuto, por favor.

Eu gostaria que os jovens dessem lugar para as jovens. Como se vê aqui há muitas senhoras em pé.

Eu gostaria que fosse dada essa prioridade às mulheres, por gentileza. Muito obrigado.

O SR. PAULO EDUARDO DOS SANTOS - A Campanha Nacional de Educação, como vinha dizendo, está em plena atividade na semana entre 19 a 25 de abril. A Campanha foi criada em 1999 para efetivar os direitos educacionais garantidos por lei, que aqui foi muito bem explicitado pelo Professor Júlio César, Presidente do SINTEP, por meio de ampla mobilização social. O que é que a Campanha quer? A Campanha quer efetivar, quer garantir o direito de ter qualidade na escola pública. A Campanha quer maior financiamento público, maior envolvimento da sociedade na discussão da educação. E aqui neste momento nós estamos passando por um momento bastante interessante no Estado de Mato Grosso, que é a discussão do Plano Estadual de Educação, que é a discussão do Plano Municipal de Educação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

A Campanha entende que deve haver, para a discussão do Plano Municipal e Plano Estadual de Educação, o envolvimento de alunos, profissionais da educação e outros segmentos da sociedade civil. A Campanha entende e quer maior valorização dos profissionais da educação.

Hoje, o Comitê Estadual de Educação, instituído no Estado de Mato Grosso desde 2003, é constituído pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública - subsede Cuiabá, Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação de Cuiabá, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Cuiabá, Organização Mundial da Educação Pré-Escolar, Comissão Parlamentar de Educação, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa, Colegiado de Gestores das Escolas Municipais de Cuiabá.

Senhoras e senhores, foram debatidos, foram colocados aqui pelo Professor Júlio César, alguns pontos que, não por coincidência, são os pontos da qual a Campanha entende como metas.

Nós queremos, sim, uma escola de qualidade. Nós exigimos, sim, uma escola de qualidade para todos. E para isso nós precisamos de maior investimento público financeiro em educação.

Neste momento, a derrubada dos vetos é uma meta prioritária para todos nós educadores e educadoras. A Campanha não poderia deixar jamais de se manifestar, até porque congrega mais de 120 entidades que militam pelos direitos à educação. E nós não poderíamos deixar de manifestar o nosso repúdio ao Governo que vetou, não podemos deixar de mostrar o nosso repúdio ao Governo que ainda mantém os vetos em vigência.

Sabemos que hoje, com alguns estudos apresentados, os vetos, apenas a discussão dos vetos não traria, com certeza, a melhoria da qualidade do ensino. Mas, certamente, a melhoria da qualidade de ensino, a partir da derrubada dos vetos, com certeza, teria um outro significado.

Hoje, nós temos, de 4,7%, com a derrubada dos vetos, nós estaríamos com 7% do PIB. É um recurso considerável para que possamos estender a garantia da qualidade do ensino para todos e todas. Sabemos das discussões que ainda devem acontecer nos Estados e nos municípios, para que se organizem da melhor forma de atender essa demanda.

Sabemos também que é necessário o cumprimento da Lei do FUNDEF. O Estado de Mato Grosso, como bem disse o Professor Júlio César, é um Estado rico, é um Estado que hoje, necessariamente... Desculpa, na verdade, o Estado de Mato Grosso, hoje, não depende especificamente dos recursos do FUNDEF, até porque tem um valor *per capita*, por aluno, que é superior à média nacional, mas a campanha tem que se manifestar, até porque a campanha é nacional, ela é de ambiência nacional e deve assim mobilizar, Srs. Deputados, Sr<sup>a</sup> Deputada, para que tencione os nossos representantes federais para que possam colocar a educação na pauta de prioridade do Governo.

Enfim, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, nesta semana, está articulada de várias formas. Uma delas é sobre o *lobby* da educação que hoje nós estamos aqui participando desta Audiência Pública em detrimento de uma maior discussão para que nós, professores, alunos, funcionários, sindicalistas, representantes da educação, possamos ouvir desta Casa, dos Parlamentares, os rumos da educação para os próximos dez anos.

Em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, nós gostaríamos de parabenizar a Comissão de Educação, Cultura e Desporto Social da Assembléia Legislativa, em nome do Sr. Deputado Humberto Bosaipo, pela iniciativa, pela coragem de promover o debate desta natureza.

Em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, nós gostaríamos de parabenizar todos, agradecer a presença de todos aqui, para que junto conosco, nesta semana de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

debate, possamos tirar encaminhamento e criar visibilidade para a educação, de forma que a educação seja prioridade, tanto no Governo Municipal, quanto no Governo Estadual e no Governo Federal. É preciso que manifestemos. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação estará atenta a esses debates e participará de todas as discussões como esta.

Obrigado mais uma vez (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Muito obrigado.

A Comissão recebeu os seguintes Ofícios encaminhados à Deputada Verinha Araújo, membro da Comissão Permanente da Comissão de Educação da Casa:

“Queremos cumprimentá-la e a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, em nome do Deputado Carlos Abicalil, pela brilhante iniciativa de requerer uma audiência pública, respeitando a semana de ação global pela educação, enfocando e discutindo a situação da educação em nosso Estado.

Somar esforços, partilhar responsabilidades, conhecer a realidade, nela atuar de maneira prepositiva e, se necessário, através de denúncias, para engrandecimento da educação e a prestação de serviço cada vez melhor na perspectiva de dignificar seus legítimos destinatários, deve ser compromisso de todos e todas.”

Na audiência pública deste dia 22.04.04, o Deputado Abicalil será representado pelo Sr. Nelson Borges...”

O Sr. Nelson Borges está presente? (PAUSA). Fica, então, só o ofício.

Professor Jonas, sinta-se representado, como se estivesse na mesa, em nome do Deputado Carlos Abicalil que agradecemos.

Quem assina o ofício é Reginaldo Nélio Barata, Secretário Parlamentar.

Eu só solicitaria à Deputada que esse ofício ficasse na Comissão de Educação para registro.

E o outro ofício é da Escola Municipal de Educação Senador Darcy Ribeiro, de Cuiabá.

“Tendo em vista a reunião com a comunidade interna/externa da Escola Darcy Ribeiro e representantes da Secretaria Municipal de Educação, das Polícias Civil e Militar, da Câmara de Vereadores, da Presidente do Bairro Jardim Industriário I e demais lideranças locais, com a pauta ‘Segurança na Escola’, onde a comunidade decidiu pelo fechamento da escola por 72 horas, como forma de mobilização por uma posição da Secretaria Municipal de Educação pelo vandalismo e furto ocorridos nos últimos meses. Isto é, por falta de segurança na escola...”

Deve ressaltar que depois dessa reunião a escola foi novamente assaltada.

“De acordo com os encaminhamentos, ficou decidida a realização de uma assembléia dia 16.04.04, às 18:00 horas, na qual contamos com sua participação.

Atenciosamente, Sônia Graça da Costa Nunes, Diretora Escolar.”

Como Presidente da Comissão de Educação vou convidar os membros para fazer uma visita a essa escola. Também vai ficar registrado na Comissão.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Eu só queria passar um informe com relação à situação da Escola Municipal Darcy Ribeiro, situada no Jardim Industriário.

Nós mantivemos contato com o Comandante da Polícia Militar, que esteve na reunião com a comunidade no dia 16. Eu estava em Brasília, mas a minha assessoria esteve presente. Nessa reunião, a comunidade decidiu reabrir a escola. Inclusive, o problema que aflige a Escola Darcy Ribeiro é o problema de várias escolas municipais, Srs. Deputado, Srs. Deputados da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, sobre a qual precisaríamos urgentemente agir. Todas as escolas municipais não têm vigilantes. Elas são vigiadas por sistema

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

eletrônico e quem cuida da escola é a comunidade vizinha. Quando toca a sirene o bairro inteiro sai para ver. Essa é a situação, hoje, das escolas municipais.

Então, eu gostaria de sugerir a Vossa Excelência que fizéssemos um pleito em relação a essa situação de falta de vigilantes em todas as escolas municipais.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço a participação de Vossa Excelência.

Desde já a Comissão fica convocada para visitar essa Escola.

Nós vamos marcar uma data com a Diretora e vamos comunicar, também, o Secretário Municipal de Educação.

Vamos ouvir, agora, a Professora Maria Auxiliadora de Azevedo, representando o Presidente do Conselho Estadual de Educação.

A SR<sup>a</sup> MARIA AUXILIADORA DE AZEVEDO - Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa, em nome de quem estendo o meu cumprimento a todos os Deputados e Deputada aqui presentes; Professora Zileide Lucinda dos Santos, representante da Secretaria Estadual de Educação, receba os nossos cumprimentos, que estendo às demais autoridades; professores, colegas Conselheiros, alunos.

Com os cumprimentos da Professora Alaíde Alves, que é a Presidente do Conselho Estadual de Educação, não poderíamos deixar de nos manifestar perante essa plenária tão representativa da sociedade mato-grossense.

O Conselho Estadual de Educação é órgão normativo e legislativo do sistema estadual, instituído pela Lei Complementar nº 049. Nós temos a missão de, como órgão do Estado, assessorar as políticas públicas da educação, legislar a respeito das questões da educação.

Embora como órgão de Estado, muitas vezes somos surpreendidos por alterações dessa política estadual de educação, às vezes oriunda do Poder Executivo; muitas vezes, passando por esta Casa, Deputado.

A nossa reivindicação neste momento, penso que minha e dos demais conselheiros aqui presentes, é que se estabeleça um canal de comunicação com o Conselho Estadual de Educação, porque aquela Casa tem vinte e dois representantes da sociedade mato-grossense, que ali trabalham como conselheiros representando essa sociedade, com uma experiência acumulada nas questões da educação. Muitas vezes, o Conselho é pego de surpresa, nos sentimos até sobressaltados com algumas iniciativas tanto do Estado quanto da Assembléia Legislativa.

Eu gostaria de aproveitar, com os nossos cumprimentos e com todo respeito que esta Casa merece, mas não poderíamos deixar de registrar, de público, que a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social acate essa nossa reivindicação.

No mais, fica aqui os nossos cumprimentos em nome de todos os conselheiros pela iniciativa para que ela seja profícua e tenha os resultados esperados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Queremos comunicar à Professora Maria Auxiliadora que todos os órgãos envolvidos em educação do Estado serão convidados para participarem das reuniões da Comissão em que os Deputados decidem sobre a Legislação pertinente à Educação. Daqui para frente nós vamos oficializar este convite.

Outro aspecto que vamos debater com a Comissão é que ela vai ficar aberta permanentemente, não vai ter dia, a não ser para reunião com os Srs. Deputados e Deputada, mas ela terá um canal permanente e contato com todos os órgãos da educação pública e privada.

Vamos ouvir a Professora Zileide Lucinda dos Santos, Superintendente de Ensino e Currículo, neste ato, representando a Secretária de Estado de Educação e Cultura.

A SR<sup>a</sup> ZILEIDE LUCINDA DOS SANTOS - Boa-tarde a todos!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Humberto Bosaipo; o Professor Paulo Eduardo por esse chamamento junto com a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

Nós entendemos ser este um ato de grande importância para o Estado, até porque, há bem pouco tempo, essas situações não eram vivenciadas pela educação do Estado. Então, esse realmente é o momento de grande relevância e satisfação para todos nós.

Em nome da Secretária de Estado de Educação, Ana Carla Muniz, que por compromissos já agendados anteriormente não pode estar presente, cumprimentamos a todos os alunos, todos os profissionais da educação, em particular os nossos companheiros, colegas e amigos aí da Secretaria de Estado de Educação.

Entendemos que este é um espaço, também - até porque a Secretaria de Estado de Educação já tem algumas ações muito específicas, Deputado Humberto Bosaipo, que vem desenvolvendo... Então, entendo que este é o momento de termos essa oportunidade, partilhar com todos essas ações que já vêm sendo desenvolvidas, até para expor um pouco do trabalho que já vem sendo feito e também aproveitar esse espaço para levar daqui, não só expor, mas levar dessa discussão, desse diálogo, alternativas, possibilidades e sugestões.

A Secretaria de Estado de Educação é um órgão responsável pela formulação das políticas educacionais no gerenciamento da educação básica pública no Estado de Mato Grosso. Nós temos uma missão, que é a de garantir o acesso de todos à educação básica, com a participação da comunidade escolar, dando igualdade de oportunidade e qualidade na ação educativa para a construção da cidadania. Essa é uma das grandes responsabilidades, na realidade é a missão da Secretaria de Estado de Educação.

Só para os senhores e senhoras terem uma noção da dimensão desse atendimento, nós temos hoje no Estado de Mato Grosso 2.932 escolas, sendo que, dessas, 618 são escolas estaduais; dentro dessa modalidade, 29 são de educação infantil; 531 atendem ao ensino fundamental; para o ensino médio são 328 escolas; para a educação profissional são 02 escolas; para a educação especial 169; para a educação de jovens e adultos 130 escolas, abrangendo todo o Estado.

Hoje o Estado atende a 480.000 alunos, compreendendo matrículas na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação especial, na educação de jovens e adultos e na educação profissional.

No quadro de pessoal, o total de servidores da Secretaria de Estado de Educação é de 30.000 servidores; desses, 18.000 são efetivos, dentre os quais 12.000 são professores, 6.000 técnicos e pessoal de apoio; e há 2.000 servidores contratados.

No ano passado, várias foram as situações emergenciais nas quais a Secretaria teve que tomar algumas decisões. A primeira delas foi a questão da infra-estrutura. Não sei se os senhores acompanharam, mas o Governo do Estado tem feito questão de demonstrar a situação da rede física das nossas escolas estaduais. E foi nesse sentido que tivemos que fazer toda uma reorganização do nosso orçamento, que estava pronto, na perspectiva de que pudéssemos rever o processo orçamentário, dar uma atenção especial à questão da rede física no Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, o Governo iniciou a construção de 32 escolas em comunidades onde tínhamos os alunos, mas não tínhamos condições adequadas para atender; 69 escolas foram reformadas; 13 foram ampliadas; 146 foram atendidas com reforma geral. Quer dizer, foram construídas 355 novas salas de aula, que possibilitaram a abertura de 40.000 novas vagas no Estado. Foi um atendimento emergencial no ano de 2003 e para agora, nessa nova etapa, temos uma nova programação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

É importante entendermos também, expormos aos senhores o nosso orçamento. De onde vem esse recurso? Qual é esse total e como a Secretaria de Educação está investindo esse recurso, que é público? Entendemos que todos devem ter acesso, e a orientação do nosso Governador Blairo Maggi, juntamente com a nossa Secretária, tem sido para que todos os recursos sejam usados com muita transparência. Tanto é que tudo isso que estamos colocando aqui hoje está no *site* da Secretaria de Educação e qualquer cidadão pode ter acesso.

Nós estamos com um orçamento de R\$588.266.328,00. Desse total, estamos gastando com remuneração de pessoal ativo e inativo R\$417.178.520,00. Basta dizer que 71% de todo esse recurso estão comprometidos com a folha de pagamento. Nesse sentido, para outras despesas, são comprometidos desse recurso 23%, e trabalhamos com investimento de 6%. De todo esse recurso que colocamos para os senhores, 6% do total são para investimento na questão da educação.

A SEDUC fez convênio com todos os municípios do Estado para realização do transporte escolar. Na merenda escolar para 2004, como o Governo Federal não repassa o recurso para o início do ano letivo, então, o Estado, com recursos próprios, utilizou R\$1.700.000,00 para aquisição da merenda escolar, de forma que os nossos alunos não ficassem sem a alimentação escolar no início do ano letivo.

Também entendemos ser importante dizer que foram emergenciais essas questões, mas no final de 2003 e início de 2004 a Secretaria vem desenvolvendo várias ações. A primeira delas foi planejar como seria utilizado esse recurso, e qual seria, na Secretaria de Educação, o nosso foco.

E foi pensando nesse foco que a Secretaria se organizou inteira, em todo o seu orçamento de investimento, que os senhores viram aqui, que é pouco diante da dimensão que temos que atender, e focalizamos a questão da qualidade do ensino, até porque sobre essas informações o Júlio César já leu e o Professor Eduardo falou algumas coisas desse panorama em nível nacional.

Esses dados estatísticos apontam o programa internacional de avaliação do estudante, que revela que entre 32 países o Brasil aparece em último lugar no *ranking*, em desempenho médio de leitura, matemática e ciências.

A partir desses dados e da avaliação do SAEB, que aponta que 62,6% dos estudantes brasileiros que cursam a terceira série do ensino médio foram classificados como em estágio crítico ou muito crítico na disciplina de matemática, apenas 6% dos alunos estão no estágio considerado adequado para a disciplina. Já em leitura, 42,1% dos alunos estão com desempenho bem inferior ao esperado.

Outro dado preocupante na rede pública: 16,9% dos alunos abandonam o ensino médio - durante o ano letivo, cerca de um milhão de estudantes abandonam o ensino médio na rede pública, o equivalente a 16,9% das matrículas, o que é outra informação bastante preocupante.

Foi nesse sentido que a Secretaria de Educação começou a discutir para ver como é possível, com esses recursos que temos, tentar nos organizar para melhorar o atendimento do ensino fundamental, melhorar a qualidade do ensino médio e, ao mesmo tempo, ampliar o atendimento do ensino médio, que hoje em nosso Estado atinge apenas 33%. Então, a grande parte da população do nosso Estado hoje está desassistida do ensino médio.

Nesse sentido, a SEDUC lança o Programa Escola Atrativa, que tem como objetivo, primeiro, resgatar a credibilidade do ensino público em nosso Estado e transformar essa escola que nós temos, que é essa que todos nós conhecemos, em um lugar de aprendizagem atrativa, onde todos os alunos vão, onde os alunos gostam de ficar, onde os professores gostam de estar. Quer dizer, aí vem todo um conjunto de ações das quais nós vamos falar com os senhores.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Quanto à valorização dos profissionais da educação, o primeiro projeto dentro desse programa, que temos para colocar, é o Projeto Ipê. O que significa Projeto Ipê? A educação hoje no Estado de Mato Grosso obedece a algumas diretrizes que vêm do Ministério da Educação e outras criadas pela própria Secretaria, porém, nós não temos hoje no Estado uma política para atender à educação básica.

Então, esse é um dos grandes desafios do Estado. Quer dizer, não a Secretaria de Estado de Educação sozinha, mas todos esses parceiros que estão aqui, nós entendemos que são responsáveis e que têm a responsabilidade de construir essa política. É uma política que vai atender desde a educação infantil até o ensino médio. Esse projeto busca elevar o índice dos alunos da rede pública estadual, ampliar a oferta do ensino médio e fortalecer a aprendizagem da educação básica.

Como já foi colocado, um dos grandes responsáveis pelo sucesso da nossa educação, ou não, são os nossos professores, e entendemos que são em quem mais deve ter investimento. É por isso que a SEDUC construiu e está pensando o Projeto Aprimorar, que vem trabalhar com a questão da formação inicial. Quer dizer, não só a formação inicial, mas também a formação continuada, principalmente a formação continuada, aquela formação lá na sala de aula, junto com o professor, discutindo alternativas, discutindo as dificuldades. Então, esse é o programa que tem suas metas muito bem definidas para 2004, 2005 e 2006.

O projeto da educação ambiental, que é o Projeto Preá... É um nome bem sugestivo, inclusive... Por que preá? Porque ele é fértil, muito fértil, pequenininho, resistente, vive em nosso Estado, no cerrado, em qualquer lugar, e mesmo assim está sempre procriando. Foi um pouco por isso que veio o Projeto Preá, nessa perspectiva de que nós queremos mesmo é criar, é multiplicar todos esses conhecimentos que nós temos.

Em que consiste o Projeto Preá? Como nós já falamos, é primordial a mudança de postura de cada um de nós como profissionais, diante de quem está aprendendo, diante da natureza. Então, nada mais justo que o grande investimento seja exatamente na formação dos professores. O grande leque continua sendo a formação do professor, a produção do material didático, até porque em nosso Estado, hoje, todo trabalho, para a maioria do trabalho, nós não temos material específico ainda. Então, esse é um grande objetivo, quer dizer, pensarmos o material didático pedagógico para o aluno e professor voltado para a nossa realidade. Esse foi um projeto amplamente discutido com o Governador. Ele foi uma das pessoas que primeiro disse que nós tínhamos algumas ações, mas muito tímidas, para a educação ambiental. Ele disse: “não, quero mais do que isso; quero um grande projeto que atenda todas as escolas do Estado de Mato Grosso”. Então, aqui está o PA e, com certeza, a partir do mês de maio, em todas as escolas, os professores já poderão participar dessa ação.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A senhora tem cinco minutos para concluir.

A SR<sup>a</sup> ZILEIDE LUCINDA DOS SANTOS - Está bom!

Conexão escola é estarmos ampliando a questão da informática nas escolas, é dar oportunidade aos nossos alunos para que eles possam ter esse conhecimento também, e ao mesmo tempo ligar todas as escolas do Estado, até 2007, à *internet* e à rede SEDUC.

O Projeto de Igual para Igual, na realidade, é um projeto que busca democratizar, quer dizer, dar realmente o conceito de democracia. É oferecer a todos os alunos portadores de necessidades especiais oportunidade de estarem na escola. E a primeira ação mais efetiva que nós já estamos desenvolvendo, desde o ano passado, é arquitetonicamente pensar nas escolas para os alunos com necessidades especiais. Sabemos bem que tem muitos alunos, hoje - o Professor Marcínio está ali, é o líder da educação especial e já tem esse levantamento -, que não podem participar do processo educativo, até porque, muitas vezes, o próprio projeto da escola não lhe

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

permite. E aí, junto com isso, a formação dos professores para que esses profissionais possam ter condições de atender esses alunos.

O Projeto Aplausos, na realidade, é um projeto que já vinha acontecendo no ensino fundamental e nós, agora, o estamos estendendo para o ensino médio. É um projeto que trabalha com aluno no atendimento da educação integral. O aluno vai para a escola no período normal de aula e tem o atendimento integral no outro período. Nós estamos focando esse projeto para que todas as ações sejam voltadas para o processo de ensino e aprendizagem através da arte, através dos jogos, através de ações que realmente poderão ajudar esse aluno, além de tirá-lo das ruas - que é uma das ações a que nós estamos dando ênfase - e ao mesmo tempo para que ele possa ter sucesso na sua vida escolar.

O Abrindo Jogo é um projeto que é mais voltado para as escolas do ensino médio, em que nós estaremos atendendo todos os alunos, dando possibilidade do esporte, do lazer, da cultura, inclusive abrindo as escolas no espaço, no final de semana, não só para os alunos, mas para toda a comunidade.

Bom, o Júlio já colocou no início e nós só gostaríamos de ressaltar aqui que a taxa do analfabetismo na região Centro-Oeste é de 10,2%, e em Mato Grosso é de 11%. Nesse sentido, o Governo do Estado em parceria com o Ministério de Educação, que tem sido um grande parceiro nessa ação, está desenvolvendo o programa Letração, que tem como objetivo alfabetizar, em 2004, quarenta mil pessoas não alfabetizadas. E com sucesso, porque hoje nós já temos quarenta mil pessoas no nosso Estado que já estão cadastradas. Nós estamos, agora, começando todo o processo: formação de professores, para começar o atendimento no mês de maio. Não é, professora Vanildes? Está certo?

A minha segunda casa, que é o que nós já falamos aqui, é construir uma escola onde todos nós queiramos ficar, quer dizer, a escola dos nossos sonhos, mas ela já é realidade, inclusive agora no dia 01 de maio. Não é, professora Fátima? Nós já vamos ter uma inaugurada no Aroeira, com piscina semi-olímpica, com anfiteatro, com um espaço que realmente favoreça o projeto pedagógico na unidade escolar.

Pessoal é isso! Nós teríamos muito mais coisa para estar colocando, e nós gostaríamos de dizer aos Deputados que das emendas que nós recebemos nesse ano, das 14 emendas que foram apresentadas, 13 delas foram aceitas e contempladas em nosso PPA, apenas 01 por questões de legalidade, nós não tivemos como contemplar. Agradeço essa parceria em nome da Secretária Ana Carla Muniz, e desde já colocamos a Secretaria de Educação aberta para discussões. Sabemos que aqui é apenas um início de conversa e que muitos momentos, como esse, vamos ter. Agradeço ao Deputado Humberto Bosaipo por este convite. Obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço a professora Zileide. Gostaria que esse material, se fosse possível, ficasse na Comissão, porque a Secretária ou a senhora serão convocadas pela Comissão para, com mais tempo, explicar aos Srs. Deputados projeto por projeto, porque nós estaremos acompanhando todo esse trabalho de perto.

Está também conosco o Deputado Wilson Santos, Deputado Federal por Mato Grosso.

Gostaríamos de ouvir, agora, a professora Zilda Maria de Queiroz, Secretária Executiva da UNDIME.

A SR<sup>a</sup> ZILDA MARIA DE QUEIROZ - Boa tarde, primeiramente, aos alunos alvo desta audiência pública. É para vocês que nós estamos discutindo as questões da educação, principalmente neste Estado.

Boa-tarde à Mesa. Eu cumprimento a todos em nome da professora Ilma Guisosti Barbosa, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

que não pôde estar presente, porque hoje é aniversário de morte do fundador e primeiro Prefeito da Cidade de Sapezal, André Maggi. Então, hoje, é feriado e um momento de grande homenagem a essa pessoa por quem o município tem um carinho especial.

O que nós queremos dizer é que a todo o momento, no Estado, no País, nos municípios, nos defrontamos com alguns programas pontuais, alguns de maior relevância e outros de menor relevância. Eu acho que os programas são pontuais. Eles já dizem “programas”. Eles têm um tempo e acabam. O que nós precisamos para o País, para este Estado, principalmente, para os cento e trinta e nove municípios deste Estado é de políticas que venham traçar a educação em um perfil maior. Nós não queremos propaganda. Nós gostaríamos que a mesa, que a plenária, que a audiência pública, pudesse, neste momento, estabelecer um trabalho itinerante dentro do Estado de Mato Grosso. Porque o que nós estamos vendo aqui jamais chega a São Félix do Araguaia, a Vila Rica, a Peixoto de Azevedo. Nesses lugares, que têm as maiores problemáticas, é que devemos estar discutindo as políticas em conjunto com o Estado.

Nós estamos vendo que o programa do Estado é muito bonito, mas não tem nenhum vínculo com os municípios. É um programa de rede estadual. O que nós precisamos discutir nas audiências públicas é um sistema de educação. E nós temos brigado muito, tanto na campanha, quanto na UNDIME nacional, para estabelecermos uma corrente, um diálogo e, com frequência, discutirmos sistemas de educação que queremos para este país.

Muito obrigada por este espaço e vamos brigar por uma educação melhor.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradeço a participação da Professora Zilda e gostaria de informá-la que a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social está aberta permanentemente. Nós vamos acatar todas as sugestões no sentido de apoiarmos a sua idéia.

Com a palavra, o Deputado Wilson Santos, Deputado Federal por Mato Grosso.

O SR. WILSON SANTOS - Boa-tarde a todos e a todas! Meus colegas e minhas colegas professoras; Deputado Humberto Bosaipo, que preside esta Audiência Pública; Deputada Verinha Araújo, cada vez mais jovem; Professora Zuleide, que representa, aqui, a minha ex-aluna Ana Carla Muniz; minha ex-aluna, Major Zózima - é um prazer imenso revê-la; Dora, enfim, é gostoso estar de volta aqui.

Eu passei aqui oito anos da minha vida e aprendi muito. De todos os Parlamentos por onde passei, este é o mais carinhoso, o mais agradável. Onde aprendi mais foi aqui, sem dúvida, na Assembléia Legislativa. Entre a Câmara Municipal, a Assembléia e a Câmara dos Deputados, a Assembléia é muito mais próxima do povo, por estar aqui, por morar aqui.

Nós temos a alegria, Deputado Humberto Bosaipo, de tê-lo na Presidência dessa Comissão, até pelo seu histórico como ex-Presidente deste Poder por duas Legislaturas, autoridades e habilidades que o senhor tem para dar importância ao tema. É importante ter um Parlamentar gabaritado comandando uma Comissão. Ele não tem dificuldades em ser recebido pelo Governador... Quando convoca reuniões, os Deputados comparecem. Então, é importante ter esse tipo de habilidade.

A Deputada Verinha Araújo, que também é professora, fez a vida no magistério, o seu ganha pão, e, hoje, representa na segunda Casa Legislativa os seus colegas professores, ex-alunos. O Deputado Carlão Nascimento, também, professor nato, ex-secretário de Estado, enfim, uma Comissão constituída por membros de muita qualidade. E é um desafio enorme, não só de Mato Grosso, como do País.

Aqui em Mato Grosso há operadores de máquinas ganhando 3, 4 mil reais por mês. Esses operadores de máquinas hoje são disputados pelos mais diversos fazendeiros das mais diferentes regiões do Estado, porque são raros e são poucos os que sabem manipular um

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

computador, que sabem dirigir uma máquina de 10, 8 milhões de dólares, colheitadeiras caríssimas, que são manipuladas por satélites. Isso tudo é uma observação a qual temos que estar atentos. Por quê? Será que a nossa educação prepara hoje o jovem para o exercício verdadeiro de algumas profissões emergentes dentro do Estado de Mato Grosso. Dentro de três décadas, se o Estado continuar no ritmo que está de crescimento agrícola, deve atingir o auge de sua produção, 85 a 90 milhões de toneladas de grãos. Só de agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiros agrícolas, o Estado vai precisar de 65 mil novos.

A educação que se dá hoje é educação sintonizada com o novo Mato Grosso? O grosso dos nossos engenheiros agrônomos, que se formam nas nossas universidades, estão se transformando em vendedores de adubos e insumos para a agricultura. Pouquíssimos são os que exercem verdadeiramente o aprendizado das universidades. Então, há uma dessintonia entre o que se ensina na sala de aula e o que o cliente exige aqui fora - que tipo de profissional, que tipo de escola?

Eu fiquei muito satisfeito quando, há pouco, recebi os números da última década da educação no País. Hoje o ensino fundamental praticamente está universalizado, o novo Governo, Presidente Lula, terá aí mais um ou dois anos para concluir a universalização do ensino fundamental - já é uma conquista importante para o país.

E o novo desafio agora, Deputada Verinha Araújo, é a qualidade desse ensino e trazer esse ensino para o dia-a-dia.

Eu me lembro muito bem de ácido ribonucléico, ribossomos, glicídios e lipídios. Eu nunca precisei disso na minha vida para nada. Quer dizer, eu acho que para quem vai mexer na área médica e para-médica, tudo bem. Mas eu não quero saber disso. Eu não nasci para mexer com a área médica nem para-médica. Não me interessa isso. Eu sou da área de humanas. Eu quero mexer com gente, cuidar de gente de forma diferente. Então, eu acho que o nosso ensino precisa sofrer uma reforma. E a LDB, a nossa Lei Darcy Ribeiro, já permitiu às escolas e aos municípios uma autonomia, uma liberdade para após tratar o núcleo básico, tratar as disciplinas regionais, momentâneas, de maneira mais específica e mais profunda. Então, eu quero parabenizar aqui a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

O grande desafio do Brasil é a educação. O Brasil tem áreas, tem estoque de terras, tem mão-de-obra barata. Mas o Brasil... Por que o Brasil hoje dentre os emergentes é o país que menos capta investimento externo? Por que o Brasil hoje é o 15º no PIB mundial? Por que estamos decrescendo nos últimos anos, nas últimas décadas? Porque não temos tecnologia de ponta para competir com o mundo competitivo. Nós não temos! A nossa formação ainda é de quatro anos por habitante. O trabalhador brasileiro tem quatro anos de escola. O trabalhador uruguaio, argentino tem sete. Os Tigres Asiáticos têm onze. O Canadá, Estados Unidos, a Europa Ocidental têm quatorze. Aí está a diferença. Universalizou o ensino fundamental. Ótimo! Agora vamos dar qualidade.

O Deputado Humberto Bosaipo me pediu que agendasse uma audiência com o Deputado Federal Carlos Abicalil, que é o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. Vamos fazê-lo da forma mais rápida e direta possível. Eu tenho certeza de que sendo um Deputado de Mato Grosso, o Deputado Carlos Abicalil, a Deputada Celcita Pinheiro, que compõem àquela Comissão, com certeza estarão de portas abertas lá na Câmara ou mesmo aqui numa extensão dos trabalhos daquela Comissão. Então, vamos aproveitar a presença de um mato-grossense, de um Deputado da bancada de Mato Grosso à frente dessa importante Comissão, para debatermos os temas importantes. Preocupa-me muito a questão da educação no país.

Sr<sup>a</sup> Zuleide, eu acho que o Governo do Estado de Mato Grosso precisa não só de programas, como eu disse aqui, pontuais, tem que ser algo mais concatenado, mais coordenado. E penso que é uma proposta mais duradoura, para que nós possamos, num grande programa,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

qualificar, seja através da inclusão digital, seja através da escola de tempo integral, enfim, há “n” opções para que nós possamos qualificar cada vez mais o corpo docente e, por conseqüência, melhorar a educação junto aos discentes.

Eu fico feliz de ter tido esta oportunidade, desejo êxito a essa Comissão que ora inicia os seus trabalhos neste ano e reconheço nela Parlamentares do mais alto gabarito, do mais grosso calibre, para encaminharem debates que possam concluir em soluções positivas para a educação em Mato Grosso.

Agradeço o espaço e, assim que estiver confirmada a audiência com o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Federal Carlos Abicalil, comunico oficialmente à Comissão através do Deputado Humberto Bosaipo.

Muito obrigado. E que tenham um bom êxito ao final deste encontro sobre um tema da mais alta importância, que é a educação em Cuiabá, em Mato Grosso e em todo nosso país. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos passar a palavra para três membros da Mesa e, em seguida, passaremos à plenária.

Com a palavra, o Dr. José Antônio Borges, Promotor da Infância e Juventude.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES - Deputado Humberto Bosaipo, Presidente dessa Comissão, meus cumprimentos extensivos a todos os Deputados Estaduais, Deputado Federal Wilson Santos, nos prestigiando aqui também no nosso Estado, demais membros da Mesa, alunos, senhoras e senhores profissionais do ensino.

A minha área de Promotoria da Infância e Juventude trabalha exatamente com a educação, que é primordial para os nossos jovens. Eu queria colocar alguns pontos aqui que, às vezes, acabam sendo esquecidos. E o primeiro, porque houve uma mudança de foco, ele não é mais assistencialista, mas ele é integrado ao ensino, é a questão da Pré-Escola ou Ensino Infantil. Nós temos a creche de zero a três e a Pré-Escola, de quatro a seis. Nós temos uma demanda muito grande dessas crianças, porque não é obrigatório, mas é um direito e, se os pais desejarem, teria que ter essa vaga. Em Cuiabá, por exemplo, tenho cadastrado 4.500 crianças em que os seus pais desejam que tenham a Pré-Escola, que tenham creche e, infelizmente, estão fora das creches.

Tenho que reconhecer que o Prefeito Roberto França começou com seis creches e nós fizemos um termo de ajustamento de conduta e vai fechar com cinquenta creches. Houve um progresso. Há também uma questão que todo ano ocorre, é um verdadeiro parto. E o que é isso? O Estado diz que não é competente para o ensino infantil. E a questão das filantrópicas acaba ficando sem dinheiro e depois lá para o mês de abril e maio se decide onde o Estado vai fazer o repasse. E aí, felizmente, há esse dinheiro para que também mais 2.500 crianças aqui em Cuiabá não fiquem sem creche e sem Pré-Escola. Até porque muito do Ensino Médio é feito pelo município, já que não seria do município a possibilidade de ter esse ensino. Então, poderia ter uma compensação de investimentos nessa área. Mas, o que é que nós temos que ver? Temos que ver uma vontade política, porque a base do ensino, a pirâmide do ensino é o Ensino Infantil; a criança de zero a três anos, aliás, já na concepção, se não houver um belo pré-natal, bem feito e, no mínimo essa criança até os dois anos de idade não seja bem alimentada, ela está ainda com o seu cérebro em formação. Depois, Deputado Humberto Bosaipo, não adianta o Nico e o Lau falar para a criança pegar inteligência que ela não vai pegar inteligência, porque ela não teve alimentação adequada até os dois anos de idade. Então, essa é a base, a importância da criança ter a Pré-Escola e a creche.

Nós temos um exemplo, Srs. Deputados, o caso do Ceará. Lá, o Governo Estadual investiu em 236 creches. O Estado lá mantém 236 creches através de creches comunitárias. E com isso é um exemplo, está em primeiro lugar. No Ceará, 36,9% dessas crianças nessa faixa etária estão no Ensino Infantil. No Ensino Infantil, para quem pode colocar o seu filho na Pré-Escola, ele vai

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

aprender escrever naturalmente, porque existe todo um trabalho pedagógico que leva daqui a pouco a criança a estar lendo e escrevendo como um passe de mágica. Não é aquela situação de chegar no primeiro ano, lápis, cartilha, A, B, C, D. Isso é um direito que todas as crianças deveriam ter. E com isso nós estaríamos aí, sim, fazendo com que no Ensino Fundamental as crianças já estejam com o hábito de convívio social, que é um convívio, e não abandone a escola lá no futuro.

Então, é vital colocarmos essa questão da Pré-Escola, do Ensino Infantil no nosso Estado. Por exemplo, nós tivemos aqui 2% para se criar uma faculdade estadual e por que não pensar de repente em algum sentido de 0,5% que o Estado, por exemplo, por criança que estiver na Pré-Escola ou estiver na creche, que repasse 25 reais por criança, por mês, algo desse tipo. Eu acho que nós temos, sim, algum caminho para tentar colocar essas crianças e aí, efetivamente, elas façam o Ensino Fundamental e depois façam o Ensino Médio.

Na verdade, houve um erro neste nosso país, de certa forma, claro que havia uma demanda de faculdades, mas pensou muito no curso superior e esqueceu da base, que ainda nós estamos aí numa situação que o Deputado Federal Wilson Santos agora mesmo colocou, a média de ensino neste país. Enquanto nós não passarmos por uma revolução educacional, este país, infelizmente, não vai mudar.

Então, é esse o ponto que eu coloco em relação a isso. O outro, Deputado, é a questão dos nossos meninos que estão lá no Pomeri, parte deles, porque outra já está hoje no Pascoal Ramos, diante da última rebelião. Àqueles meninos, àqueles jovens, àqueles adolescentes, nós tiramos o direito de liberdade deles porque eles praticaram ato infracional, mas nós não tiramos o direito deles de continuarem estudando.

Então, lá dentro do Pomeri existe a Escola Meninos do Futuro. Se existe uma escola lá dentro - inclusive os diretores dessa escola querem que ela fique lá fora, a direção, e não dentro - já é um equívoco, e eu quero que fique registrado, pela representante da Secretaria, que essa escola tem que pôr investimentos lá dentro. O subsecretário, Sr. Máximo, esteve em dezembro do ano passado lá, e nos prometeu que iria locar dinheiro para cobrir a quadra poliesportiva, os meninos hoje, lá, não podem praticar esportes, a não ser à noite, porque no sol seria até tortura colocá-los naquela quadra quente.

A outra é a piscina. Por que piscina? O que aqueles menininhos vândalos querem com piscina? Aqueles menininhos, a maioria, aqueles garotos usaram drogas. E o esporte é uma forma deles desintoxicarem, ter uma atividade. Então, nós temos duas situações. E também de saúde, os meninos precisam ser desintoxicados. Então, o dinheiro da saúde, o dinheiro da educação e dinheiro da Secretaria de Segurança poderia fazer, primeiro, com que lá melhorasse, como também os outros Centros que estão faltando, que é em Cáceres, que é em Sinop, que é em Rondonópolis, efetivamente, também com o dinheiro da saúde e com o dinheiro da educação juntos, e da Segurança. Já que lá dentro tem que ter uma escola, que nós tivéssemos pelo menos três Centros a mais, porque a estrutura do Pomeri é de trinta anos atrás, a população cresceu, fez o cadeião de Rondonópolis, fez o cadeião de Pontes e Lacerda e na área do adolescente infrator e nós continuamos com a mesma estrutura, Srs. Deputados.

Hoje, para se fazer um complexo desse, é um módulo interessante, pode depois ser estendido, custa um milhão de reais, não é tanto dinheiro assim para nós tentarmos recuperar esses jovens e que temos que acreditar que é possível.

Por último, eu queria colocar a questão pontual de Cuiabá. Infelizmente o Maldonado, competente que é, está cometendo um grave equívoco quando ele tirou a segurança humana das escolas, quando tirou aqueles senhores, às vezes, até um pouquinho velhinho, aposentado, mas tinha um emprego lá, porque aquelas pessoas eram respeitadas e não deixavam que as escolas fossem depredadas. Imagine esta Assembléia Legislativa sem a sua guarda, e toda

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

segunda-feira os senhores chegassem aqui e encontrassem as mesas dos senhores defecadas, os cantos urinados, as paredes sujas. Porque o que se fez foi segurança eletrônica apenas na sala de computação. Se levou o computador, aí a empresa paga.

Eu já estou com uma ação pronta a respeito disso, até porque ali tinha uma seguradora, mas como a prefeitura atrasou o pagamento, a Nova Hamburgo Seguros cortou, e essa empresa que faz a segurança não é seguradora, ela diz que paga, só que ela está sendo seguradora sem autorização do Banco Central, então, o contrato é nulo.

Infelizmente, há aí um erro ou, às vezes, uma falha. Quando há dificuldade e o governante fica encastelado com seus assessores, acaba não ouvindo o que a população deseja ou suas necessidades. Eu não consegui falar com o Roberto França, se eu conseguir, eu tenho certeza de que vou resolver essa situação sem precisar entrar com ação, como foi no caso das creches.

Na verdade, esse contrato é nulo, porque havia uma seguradora, e a seguradora não cobre mais... É uma pequena empresa. Se hoje roubarem computadores em todas as escolas, essa empresa de segurança não tem como pagar, é uma falsa segurança patrimonial.

Nós já fizemos uma audiência pública no Ministério Público, na qual os diretores compareceram e choraram, porque aquele local de trabalho é a casa deles, e está nessa situação aviltante. O Conselho Tutelar do CAIC Planalto, nós o estamos tirando de lá e vamos colocá-lo no Pomeri, porque era colocar computador numa semana e na outra semana levarem. E isso se tornou uma coisa normal.

Há uma justificativa. Dizem que morreu lá no CAIC do Pedra 90 um segurança, e por isso não deve ter mais segurança. Mas é mentira, porque na verdade aquele rapaz que morreu, aquelas pessoas, era uma questão pessoal deles. A comunidade tendo um guarda, que já é de lá, os vândalos que vão à escola, respeitam, sabem que tem guarda, o senhor chama a atenção deles.

E abrir escola no final de semana é ótimo, só que nós temos que pensar como. O Governador Alckmin fez um convênio com as faculdades, para os alunos irem lá no final de semana, porque, no final das contas, os professores também têm direito de descansar. No sábado e no domingo, naturalmente, eles querem descansar. Então, essa hipótese... Eu acho que nós temos várias faculdades, com as quais pode ser feito convênio para abrir escola, mas abrir a escola sem haver lá bola, sem ter recreadores, isso não quer dizer nada. Então, essa é outra questão que pode ser vista.

São essas as contribuições, Srs. Deputados, que eu queria trazer em relação principalmente ao ensino infantil, que não é mais uma questão de assistência social, não é mais questão de primeira-dama, o ensino infantil está dentro do sistema educacional do Estado e do município. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE HUMBERTO BOSAIPO - A Comissão de Educação gostaria de receber a sugestão de Vossa Excelência, Dr. José Antônio, para que nós possamos acompanhar essa luta que é de todos nós.

Vamos ouvir a Professora Tânia Tereza Pascoalini, que assumiu um cargo no MEC, mas eu ainda não sei o nome do cargo. Ela vai nos explicar.

A SR<sup>a</sup> TÂNIA TEREZA PASCOALINI - Provavelmente, não é o que Vossa Excelência citou. O secretário é o Professor Chagas.

Boa-tarde a todos e a todas, eu cumprimento a Mesa em nome do Deputado Humberto Bosaipo, presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Realmente, agora eu estou no MEC, na Secretaria de Ensino Fundamental e Infantil, brevemente Secretaria de Educação Básica, está faltando somente a publicação do decreto para acabar com essa divisão entre infantil, fundamental e médio. Ficar tudo em uma Secretaria só, com vista a logo termos o FUNDEB - Fundo de Educação Básica, não somente o Fundo do Ensino Fundamental, que tem feito com que muitos municípios deixem de atender a educação infantil,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

aplicando mais recursos de 5ª a 8ª séries, deixando de lado esse segmento fundamental da nossa educação, que é a preparação das crianças para a escola de zero a três anos.

Para isso, eu vou falar que a novidade é que ainda este ano o Ministério da Educação estará realizando sete encontros regionais para tratar de política de educação infantil de zero a três anos, implementação de políticas, criação de políticas mesmo, inclusive com capacitação de técnicos nas Secretarias Municipais dos Estados mais necessitados: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E são esses técnicos que vão pensar as políticas para a educação infantil de zero a três anos nos municípios. Com isso, o Município de Cuiabá está incluído, e nós esperamos que o Município de Cuiabá encaminhe para o Ministério da Educação um projeto para capacitação desses técnicos.

Eu vou contar qual o meu lugar, qual o meu cargo. Eu estou na coordenação, sou Coordenadora-Geral de Monitoramento dos Projetos e Programas de Educação, que é a forma de captação dos recursos federais que são redistribuídos para Estados e municípios, nessa ação supletiva de capacitação de profissionais da educação e materiais didáticos para os alunos. Então, todos os municípios e Secretarias Estaduais, diante dos projetos, que são 25 este ano, inclusive alguns que são novos...

Agradou-me muito ver Mato Grosso contemplado em alguns lugares, porque embora eu esteja lá, a minha vida é aqui, a minha carreira foi toda feita aqui. Quando eu vi na televisão que ocorreria esta audiência pública, não fui para Rondonópolis e vim participar da audiência.

Há o Programa de Cultura Afro-brasileira, com destinação de recursos específicos para a formação de professores e funcionários, assim como para a construção de escolas nos remanescentes de quilombos, no qual Mato Grosso está contemplado através dos Municípios de Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade, e também na questão da educação indígena.

Mas eu gostaria de comentar algumas coisas que ouvi, hoje, aqui, principalmente, durante a fala da representante da Secretaria de Estado de Educação, que apresentou a política da educação. Pudemos ver que algumas são novas e outras só trocaram de nome, porque já existiam há longo tempo.

O que foi muito falado foi de valorização de professores. Valorização de professor passa por três coisas fundamentais: carreira, salário e formação. Sem esses três itens não tem como eu falar de valorização de professores. Causa-me espanto que ainda não se fala de valorização de profissionais, porque nós temos na nossa carreira, em Mato Grosso - que é inédita, foi a primeira no Brasil e, hoje, já temos em alguns outros estados, inclusive tem projetos exclusivos por conta disso no Ministério -, esse ano, a capacitação dos funcionários... Mato Grosso foi o primeiro Estado a ter carreira unificada de profissionais da educação - professores e funcionários. Em função disso, Mato Grosso vai ser destaque num Seminário no Ministério da Educação, na segunda-feira, terça-feira e quarta-feira próximas, que é o primeiro Seminário do Ministério da Educação destinado a promover a capacitação, custeada com estes recursos, redistribuídos para o Ministério para funcionários de escola, na educação infantil, na educação de jovens e adultos e no ensino fundamental, para o ano de 2004, para Estados e municípios que possuem carreiras específicas para funcionários. Espanta-me que isso não seja destaque num Estado que foi pioneiro sobre isso.

O próprio Ministério está, hoje, destacando a ação dos últimos anos na formação dos funcionários no Projeto Arara Azul, e a Secretaria de Estado de Educação não dá destaque a isso. Então, espantei-me, porque fiquei extremamente feliz quando cheguei ao Ministério e o primeiro projeto que me apresentaram foi este da Capacitação de Funcionários da Educação, em que Mato Grosso será destaque, em razão das experiências já realizadas com a formação de funcionários. Porém, aqui, a Secretaria não dá esse destaque.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Então, eu acho fundamental que se amplie isso para outras modalidades, tanto para a educação especial, porque é preciso que os nossos funcionários também tenham a capacitação adequada para educação especial, quanto para outras modalidades da educação.

Além disso, o Deputado Wilson Santos - pena que ele não está aqui - falou de escola de tempo integral, que é uma das metas, inclusive, do Plano Nacional de Educação, da LDB, a ampliação da permanência do aluno na escola com vista à educação integral. E aí nós temos de novo um problema e falamos que as coisas parecem feitas e vai uma para um lado e outra para outro.

Este ano nós até agora não conseguimos entender. Quando falo nós, estou falando do meu sindicato, do sindicato do qual faço parte. Não entendemos porque a Secretaria de Estado limitou a permanência dos alunos na escola, quando toda política que existe, desde a aprovação da nova LDB, é de ampliar a permanência na escola. Aqui no Estado, não! Temos que diminuir a permanência na escola, porque a carga horária anual foi limitada pela Secretaria Estadual de Educação. Então, são coisas que, numa semana como esta em que se discute direito de educação, a permanência do aluno tem que ser de mais tempo na escola, para que tenhamos menos meninos e meninas com problemas de internação, para que tenhamos cada vez menos que construir presídios, mas construir, pelo contrário, escolas, para que diminuamos o número.

Então, fica difícil entendermos para que essas políticas se encontrem e se transformem em políticas universais, globais, preservando e garantindo o direito à educação.

E aí eu queria falar para o senhor que também tem - e eu espero que a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso entre com o projeto, porque é uma competência da Secretaria - recursos destinados à ações de formação de professores, para ações socioeducativas para trabalhar com as crianças das unidades de internação.

Cuiabá já tem uma unidade de internação e Mato Grosso está lá relacionado para que possa fazer a captação de recursos e a formação dos profissionais que estarão trabalhando com as crianças em unidades de internação. Então, eu espero que não só a rede estadual, mas os municípios - e estamos sempre solicitando que a UNDIME também ajude a divulgar isso - encaminhem os projetos, para que eles possam ser analisados, discutidos, para que o recurso possa vir e para que tenhamos ações mais efetivas em defesa da educação e, principalmente, garantindo carreira, salário e educação de qualidade para nossas crianças e nossos jovens.

Eu queria agradecer muito o privilégio de estar fazendo parte desta mesa. Eu vim para assistir, mas gostei muito.

Quero anunciar uma outra questão rapidinho, Deputado Humberto Bosaipo, e já encerro.

O município de Rondonópolis, que é o meu município de origem, estará realizando, a partir de amanhã, no sábado e domingo, um encontro regional com trabalhadores da educação de vários municípios vizinhos. Como parte dessa discussão desta semana também, fizemos questão de colocar esse seminário nessa data, para discutirmos salário, carreira e formação.

É um espaço que abrimos, que o sindicato abre, para que possamos estar discutindo as políticas de salário, carreira e formação no Estado, mas, infelizmente, até hoje, a hora em que eu liguei para lá, antes de sair para cá, a Secretaria de Educação não havia confirmado a presença nos debates que vamos ter nesses três dias. É lamentável que isso ocorra, mas nós vamos estar realizando os debates da mesma forma, tendo a presença do Deputado Carlos Abicalil, do Secretário de Formação da CNTE, do professor Júlio César. Vamos, com certeza, estar tirando de lá diretrizes e propostas para contribuir com esses três pontos relevantes da nossa vida profissional: o salário, a carreira e a formação. Muito obrigada (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Depois da professora Tânia, estava inscrito para falar o Sr. Gelson Meneguete Filho, representante do Sindicato, mas, em virtude talvez desse encontro, ele que é de Rondonópolis não pôde estar aqui, mas o espaço dele ficou garantido.

Nós queremos cumprimentar os alunos da Escola Júlio Müller, em nome da aluna Gabriela Vieira. Muito obrigado pelas suas presenças aqui. É muito importante a presença dos estudantes (PALMAS).

Vamos ouvir a Major Zózima Sales.

Antes de ela falar, gostaríamos, como ela representa o Comandante-Geral da Polícia, de passar um recado para o Coronel Metello de que estamos esperando o Estatuto da Polícia Militar para o aprovarmos. Estamos aguardando. Já tivemos várias reuniões com ele e só depende agora desse Estatuto chegar aqui.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Zózima Sales.

A SR<sup>a</sup> ZÓZIMA SALES - Nosso boa-tarde ao Deputado Humberto Bosaipo. Na pessoa de Vossa Excelência, cumprimentamos os demais representantes desta mesa. Boa-tarde a todos e a todas.

Queremos agradecer em nome do Comandante Geral o convite, Deputado, que foi encaminhado à instituição para que pudéssemos estar aqui participando desta audiência pública, porque talvez as pessoas perguntam o que tem a ver a polícia, que está aí para prender, estar discutindo a questão da educação. Nós temos tudo a ver, porque valorizando a educação, vamos ter menos problemas na segurança pública. Tem tudo a ver esse trabalho.

A professora Zileide é testemunha que desde janeiro do ano passado procuramos defender uma proposta de integração das ações para redução da criminalidade, na qual a Secretaria de Educação é fundamental nessa parceria para que possamos reduzir a criminalidade através da educação. E não somente a educação formal que às vezes pensamos, educamos na família, mas educamos nos bancos escolares, através de atividades em que a polícia pode estar participando.

Então, se não houver uma integração, não há como educarmos os nossos jovens, conscientizarmos os nossos jovens com relação às questões sociais pelas quais nós passamos neste momento.

O sonho do Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Victor Hugo, é criar o policiamento escolar para estar trabalhando com a educação, com as escolas, mas não o policiamento escolar tradicional, aquele que quando acontece o problema disca o 190 e quando chega a polícia, às vezes, quem estava ali já foi embora e a polícia retorna. E, depois, novamente, os problemas acontecem.

Essa proposta, Sr. Deputado, posteriormente, nós gostaríamos de apresentar à Comissão de Segurança Pública e Comunitária, porque é uma questão política também rediscutir a questão da segurança pública no nosso Estado, a segurança pública concreta de ações e soluções de problemas. Isso não passa somente pela Polícia Militar, mas sim pela Assembléia, pelos educadores aqui. Nós valorizamos, nós temos o maior respeito pela educação. O meu pai costumava dizer - e com certeza meu pai faz parte desses quatro anos de educação -, ele sempre dizia: “Minha filha, eu não entendo como é que um professor pode ganhar tão pouco”. Então, quando se fala do médico, do presidente da República, de qualquer cidadão da sociedade, tem que passar pela educação. E, realmente, a educação precisa formar o cidadão, o cidadão ético, o cidadão moral.

Isso é importante para que nós possamos juntos estar discutindo essas questões. De cada um real que hoje o Governo investe na prevenção, ele economiza de 4% a 7% na repressão. Então, se nós integrarmos e buscarmos uma parceria, vamos estar reduzindo a repressão e esse valor, conseqüentemente, pode ser repassado para a educação. Então, tem que haver uma inversão

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

nessas questões, é importante, e para isso nós temos que estar discutindo, trazendo a público as nossas questões, pontuando e levando ações concretas.

Era isso que nós tínhamos para dizer, Deputado. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento, ex-Secretário de Educação.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente da Comissão de Educação, Deputado Humberto Bosaipo, e cumprimentar todos os nossos colegas, professores e professoras aqui presentes, os alunos, os companheiros e companheiras, trabalhadores da educação.

Quero dizer, Sr. Presidente, que fiz parte da Comissão de Educação no ano passado e este ano fiquei na qualidade de suplente, mas quero estar, mesmo como suplente, participando de todos esses atos, porque eu tenho toda uma vida aqui dedicada à educação deste Estado. Tudo que conquistei na minha vida foi fruto do trabalho que desenvolvi na sala de aula, por ser professor da rede pública federal e da rede pública estadual desde o ano de 1970. Portanto, estou há poucos dias só fora da sala de aula.

Quero dizer que eu considero que a educação, nos últimos anos, avançou muito. Para se ter uma idéia, nós tínhamos nos anos 90, de cada 10 alunos de 7 a 14 anos, mais de 3 fora da sala de aula. Se pegássemos a classe mais pobre, de cada 4 alunos, nós teríamos cerca de 1 fora da sala de aula. E esse quadro mudou no país, esse quadro mudou no nosso Estado, graças aos programas e à parte legal, a LDB, que estabeleceu claramente onde entra o Estado, onde entra o município e onde entra a União nos diversos programas que existem hoje. Portanto, quando se fala que 25% da receita do município vai para a educação significa dizer que 15% vão para o ensino fundamental e 10% têm que ir para a educação infantil, porque é função do município trabalhar a educação infantil. O que não pode é os prefeitos deixarem de dar a educação infantil e passarem a dar o ensino médio. Quando se fala também que o Estado tem que investir 25% na educação é porque 15% são para investir no ensino fundamental e 10% são para investir no ensino médio.

A criação do FUNDEF foi algo que modificou o ensino fundamental neste país. Portanto, preocupa-me muito, e aí eu quero conhecer também os programas do Governo do Estado. É preciso que o Governo envie a esta Casa, Sr. Presidente, todos esses programas. Se não bastasse isso, seria interessante que a Secretária, que foi nossa colega aqui, viesse a esta Casa, porque toda as vezes em que se convoca a Secretária, ela nunca comparece a esta Casa. Eu lamento isso. Então, é preciso que a Secretária, que tem o poder de decisão, porque quem decide é a Secretária e aí todos os outros assessores, os técnicos também... É preciso que quem tem o poder de mando, e eu digo isso com tranquilidade, compareça a esta Casa.

Então, eu quero conhecer os programas para que nós possamos avaliar. Quando eu digo isso, não digo porque a população de Mato Grosso elegeu-me para ser oposição ao Governo. Quando se trata de educação, nós trabalhamos a educação como política única, aí não tem partido. Eu tenho procurado nesta Casa, e várias e várias vezes o Governador tem nos ligado, agradecendo a nossa postura, em função dos projetos enviados a esta Casa. Portanto, eu estou muito tranquilo nisso.

É preciso que quando se diz que vai criar uma escola atrativa, eu anotei aqui, cheguei um pouco atrasado, que também se coloque nessa escola atrativa não só uma piscina, não só a parte olímpica, mas se coloque também o profissional que vai trabalhar ali.

A Professora Tânia lembrou bem aqui. Fala-se em uma escola de tempo integral, não sei mais o que, mais o que, mas em compensação o professor do Estado de Mato Grosso... Hoje, o aluno do Estado de Mato Grosso só pode ficar na sala de aula vinte e duas horas semanais. Você

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

não pode ter mais nenhum outro programa, pelo que diz aí uma portaria e pelos profissionais que têm nos procurado tanto aqui.

Então, eu concordo muito com o que a Tânia colocou com relação à carreira. Nós tivemos um longo debate por este Estado para construir uma lei chamada LOPEB. Essa LOPEB foi, em poucos dias aqui, desrespeitada e mudada, e aí se fala em escola atrativa. Eu fico muito preocupado quando não se valorizam os profissionais da educação com uma política salarial, que precisa ser defendida também.

Mas eu quero ter a oportunidade de pelo menos ler todos esses programas para que eu possa emitir uma opinião como a Tânia colocou aqui a sua opinião. Portanto, eu fico mais aqui para ouvir, mas sempre colocando essas ressalvas porque eu acho que elas também são importantes e esse é o nosso papel como Parlamentar. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Secretária de Educação já está convidada para debater os programas na Comissão de Educação da Casa. Vamos apenas agendar.

Vamos ouvir a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde, colegas educadores e educadoras. Quero cumprimentar a Mesa, em nome da Major Zózima, que é uma mulher na carreira militar e que conheci recentemente, e tenho prazer de compartilhar nesta mesa.

Esse debate que estamos fazendo nesta tarde, que faz parte da Campanha Nacional em Defesa da Educação que nós ano passado participamos, inclusive junto com todas as entidades, é um momento, inclusive, de refletir sobre a educação do País como um todo, como está a educação na agenda do Governo Federal, do Governo do Estado e dos Municípios.

E gostaria de dizer que nós temos hoje em relação ao FUNDEF, na verdade, nós temos um desafio em relação ao FUNDEF, o primeiro é que há uma dívida acumulada de reposição de recursos aos municípios deste País, na ordem de treze bilhões de reais, valores estes acumulados desde 1998, porque o custo/aluno/ano, que não vinha sendo cumprido pelo Governo anterior, hoje a estimativa que é de 993 reais por aluno, em Mato Grosso o custo/aluno é de 960 reais. Para vocês perceberem o gargalo que é, e nós temos Estados no Brasil que não aplicavam 500 reais o custo/aluno, aplicava agora, recentemente, 460 reais, enquanto temos Estado em que o custo/aluno é de 1.500 reais. Então, para vocês verem as diferenças regionais que nós temos no Brasil.

Se nós formos pegar no Mato Grosso, não é diferente a tal das desigualdades regionais.

Então, esse é o primeiro desafio que o Governo Lula tem, de pagar essa dívida acumulada de treze bilhões de reais em relação aos recursos do FUNDEF.

Um outro desafio é conseguirmos repassar a todos os municípios deste País, Estados, o custo/aluno real, de cumprir a lei.

E o terceiro é nós de fato expandirmos os recursos do FUNDEF, que vocês sabem que ele hoje cobre só o ensino fundamental. Fica de fora a educação infantil e o ensino médio.

O nosso Promotor José Antônio já retratou bem a questão da educação infantil, apesar dela não ser obrigatória, mas hoje é à base da educação, e eu estava dizendo ao Promotor que nós estamos com as creches filantrópicas de Cuiabá, que atendem as crianças, que seria o papel do Município de Cuiabá atender, que fica fazendo propaganda que tem tantas creches no município, mas que não paga o salário em dia dos funcionários, não qualifica os funcionários. Não basta somente construir o prédio. É preciso que se invista no que está dentro da creche. Essas creches estão correndo risco de não renovarem seus convênios com o Estado e com o Município, de não continuarem atendendo. E são crianças que, na verdade, seriam de responsabilidade do Município

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

atender. E nós vamos ter que intervir, o Promotor, como o responsável pela Vara da Infância, nós, como Deputada, e outros parceiros nessa luta pela educação pública.

Uma outra questão que eu gostaria de citar é com relação aos vetos apostos ao Plano Nacional de Educação, vetos do ano de 2001, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que têm que ser votados, o Congresso Nacional vai votar, tem que deliberar sobre isso.

Agora nós temos o Deputado Carlos Abicalil na Presidência da Comissão de Educação e esperamos que, de fato, isso seja superado, porque já estamos praticamente com quatro anos de Plano Nacional de Educação. O que seria para uma década, já estamos alcançando a metade da implantação do Plano Nacional de Educação. São metas que já deveríamos estar cumprindo em um prazo de cinco anos e nós ainda não deliberamos os vetos desse Plano.

Então, vejam bem como nós temos que construir essa ciranda de realmente colocar a educação no centro da agenda deste País para todos os entes federados.

E nós estamos em um Estado, no Estado de Mato Grosso, com alguns municípios discutindo o seu Plano Municipal de Educação. E no Estado de Mato Grosso? O que o Estado, a Secretaria Estadual de Educação está encaminhando para que tenhamos aqui, Deputados, Parlamentares da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, um empenho, uma vontade política de aqui definirmos quais são as metas do Plano Estadual de Educação?

E, para concluir, com certeza, nós precisamos... Eu até passei para a Tânia o meu *kit* Escola atrativa, que é um *kit* com vários programas, e vou aguardar para receber um outro desse. Nós vamos ter que acompanhar, porque é verdade o que a Zilda colocou aqui, que temos hoje uma política de rede estadual. Se nós já temos na Constituição Estadual de Mato Grosso a proposta do sistema único de ensino; se nós já estamos discutindo o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação, o Plano Municipal de Educação, como vamos nos colocar enquanto sistema, em que momento, porque não tem como, você não faz educação só para a Escola Estadual, só para a escola municipal, como disse aqui o Chagas quando esteve num encontro na UNDIME, na segunda-feira. O MEC não tem escola municipal. O MEC tem recursos a serem repassados, mas quem de fato desempenha as funções, lá no município, é o gestor municipal e estadual.

Então, precisamos construir alianças de todos os entes federados para que realmente possamos colocar a educação no centro das atenções de todos esses setores. Nós precisamos fazer isso logo, abraçando essa causa, não excluindo, como vimos agora quando votamos a mudança da LOPEB, e dentro da própria unidade escolar você tem um olhar para quem é regente, um olhar para quem é interino, um olhar para quem é funcionário, um outro para quem é coordenador e é diretor.

Na verdade, Deputado Humberto Bosaipo, o que votamos aqui na Assembléia nem se colocou em prática, porque os 7,67%, retroativo a janeiro, o que eu tenho de informação é de que não está colocado na próxima folha de pagamento na sua totalidade, desde janeiro, e nem os 12% de verba indenizatória para quem é professor regente dentro da sala de aula, excluído o direito. Nós estamos falando do PREA, aqui, mas a professora gestante, quando for sair para ter o bebê, vai perder o direito da verba indenizatória. Então, quando é que ela vai querer procriar? É um controle de natalidade a força que estamos vendo no Estado de Mato Grosso.

Então, nesse sentido, não temos como separar a escola integrada. A LOPEB veio para integrar todos os profissionais da educação nas unidades escolares. Nós precisamos dizer isso porque não dá para termos um discurso, uma vontade, quando, na prática, fazemos completamente diferentes.

Nós estamos aqui na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, na Comissão da Criança e do Adolescente e na Comissão de Segurança, inclusive. São três

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Comissões em que faço parte e onde vamos fazer, de fato, um trabalho cotidiano para o povo de Mato Grosso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós vamos passar a fase dos debates e gostaria que as pessoas inscritas fizessem as perguntas. Se quiserem endereçar a perguntar para algum membro da mesa, todas serão respondidas posteriormente. Nós faremos as perguntas primeiro, começando com a Gislaine Santiago, estudante de Comunicação Social da UFMT.

As perguntas serão feitas dentro do debate que foi apresentado aqui nesta Audiência Pública.

A SR<sup>a</sup> GISLAINE SANTIAGO - Boa-tarde aos senhores representantes que compõem a Mesa, a quem cumprimento na pessoa do Sr. Deputado Humberto Bosaipo e plenária aqui presente. Meu nome é Gislaine, e como acadêmica do primeiro semestre de Comunicação Social da UFMT e arte-educadora, eu gostaria de discutir o assunto educação sob a ótica do fenômeno comunicacional.

Considerando que estamos vivendo uma semana de intensos debates, que se estendem por todo o território nacional, cujos temas principais são a educação e os meios de comunicação em massa, subentende-se aqui as mídias em geral, sob o âmbito de como os jovens podem participar mais ativamente do processo de produção que envolve essas questões citadas, o meu enfoque é a inserção das tecnologias no processo pedagógico.

Estamos vivendo o fenômeno mundial da cibercultura, fenômeno que já ultrapassou os níveis de abstração acadêmica, que já não é nenhum privilégio das classes elitizadas e dos centros mais sofisticados. Tendo em vista o grande crescimento da cultura tecnológica, eu gostaria de interpelar os Srs. Deputados e conselheiros da educação sobre dois aspectos: primeiro, como o Estado e o Município, cientes dessa realidade, estão lidando com a questão da inclusão digital, quais são os projetos? Segundo, considerando que haja projetos em desenvolvimento, existe algum que além da utilização da aprendizagem de *software - windows, word, excel -*, empenha os jovens e os professores no conhecimento e discussão dos meios tecnológicos e seus impactos sociais?

Fica aqui meu questionamento e meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A pergunta é muito longa e, uma vez que está datilografada, eu gostaria que você a deixasse aqui na mesa conosco, por favor. Muito obrigado.

Vamos ouvir a Sr<sup>a</sup> Telma Fernandes, representando o Secretário Municipal de Educação, Carlos Alberto Maldonado.

A SR<sup>a</sup> TELMA FERNANDES - Primeiro, eu quero cumprimentar o presidente da Comissão, Deputado Humberto Bosaipo, todos os profissionais presentes e alunos que aqui estavam e acabaram indo embora.

É muito importante que nesta semana, dentro dessa ação global que nos faz refletir sobre a ação educativa e a função importante da escola, não esqueçamos que a escola terá sua durabilidade, sua aceitação e sua contribuição se ela trabalhar o cidadão refletindo que tipo de educador se deseja ser e que tipo de educação se quer formar. Hoje, a escola não vem como redentora da humanidade, mas é uma das instituições que vai sensibilizar e mudar, fazer com que o cidadão busque a transformação social.

Nós ressaltamos que houve um avanço muito grande na LDB em 1996, quando se fala que a creche não é só mais uma instituição assistencialista, ela passa dessa visão assistencialista para uma ação educacional. Em nosso município hoje já avançamos. Tínhamos oito creches, agora estamos com 33 e até o término do mandato do Sr. Prefeito nós teremos 50 creches, mas já estamos com outra visão, a visão de que esse profissional que está lá dentro, desde o porteiro, desde as

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

pessoas que atendem, a merendeira e até as ADIs - Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, que ora são chamadas dessa forma, repense a sua ação educativa...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A senhora tem um minuto para fazer o questionamento.

A SR<sup>a</sup> THELMA FERNANDES - Então, hoje estamos à frente disso, atendendo a 56.000 alunos.

Eu não estou aqui para fazer questionamento, estou aqui só para falar que o Município de Cuiabá hoje reflete a sua ação educacional dentro dos fóruns municipais, e conclamo toda a comunidade para participar, porque educação se faz com presença, com leitura, com discussão e, principalmente, com a nossa ação, mesmo que simplória, porque não estou aqui com titulação nenhuma, estou aqui como cidadã, como professora há dezessete anos e que está na ação educativa desde a educação infantil até o terceiro grau. Muito obrigada a todos vocês (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Flávia Maria de Barros Nogueira, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia. A senhora vai falar? Não... Então, fica registrada a sua presença. É uma satisfação tê-la aqui. Inclusive, essa primeira pergunta diz respeito... Se a senhora quiser fazer um questionamento... Gostaria que alguém levasse o questionamento até a Secretária, por favor.

É importante a sua presença aqui, porque fortalece a audiência pública. Nós votamos um projeto, na semana passada, tirando dinheiro da educação e passando para a sua Secretaria - retiramos recurso da educação e passamos para a sua Secretaria -, através de um projeto que votamos na semana passada, e eu gostaria de debater com a senhora, juntamente com a Comissão. Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. Antônio Carlos Ramos dos Santos, lembrando que precisamos da pergunta, do questionamento sobre o tema da audiência pública.

O SR. ANTÔNIO CARLOS RAMOS DOS SANTOS - Sr. Presidente Deputado Humberto Bosaipo, Mesa Diretora e todos os presentes, eu quero perguntar desse direito que está aí colocado sobre a criança e desse valor que nós temos. Eu estou citando sobre as famílias carentes, os assalariados, que direito a criança vai alcançar se os pais não têm? Como a criança vai se formar, vai se alimentar, vai se vestir e se calçar para poder chegar na escola, com o salário mínimo - mesmo que ele seja de trezentos reais hoje?

Eu sei que estou saindo um pouco da pergunta, mas o que eu tenho para falar é isso. E peço a todos que não me deixem falar sozinho, que se liguem nisso, porque eu não sei até que dia este coração vai bater. Eu quero deixar plantado esse objetivo, e há muito tempo já era para ter alguém discutindo isso, porque as nossas crianças estão sendo enganadas, muito enganadas, em se tratando de um direito que nunca alcançam. Espero que melhore a situação dos próprios pais, porque há muitas mães que saem para trabalhar para ganhar uma esmola. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradeço ao Sr. Antônio Carlos Ramos dos Santos.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Shirley Bernardes.

A SR<sup>a</sup> SHIRLEY BERNARDES - Sr. Deputado, em seu nome quero cumprimentar a Mesa e aos demais presentes, boa-tarde.

Eu sou de São Paulo, trabalho com recolocação de executivos e com programação neurolingüística há mais de 15 anos. Para quem não sabe o que é programação neurolingüística, é o estudo da excelência humana, é algo muito importante hoje para a nossa educação, tanto que hoje os cientistas da NASA, para serem aprovados pela NASA, é necessário que tenham cursos de formação em programação neurolingüística, tamanha a sua importância.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Eu sou pedagoga, sou psicopedagoga e, como professora, comecei a estudar, fiz vários cursos de formação, mas fui para o lado de recursos humanos. O meu objetivo hoje é realmente melhorar a educação.

As técnicas de programação neurolinguística são muito audaciosas - audaciosas e simples -, mas fazem uma grande diferença no mercado e nas pessoas, principalmente na educação.

Só para dizer para vocês o que significa isso, até para justificar o motivo de eu estar aqui. Eu estou ministrando um curso em Cuiabá, e tenho um contrato com os meus clientes, os alunos desse curso, que se eles não passarem no vestibular que vão prestar dentro de seis meses, ou agora, se eles não passarem no concurso público que vão fazer - inclusive eu tenho alguns advogados, alguns profissionais fazendo o curso comigo -, é devolvido o dinheiro que eles pagaram pelo curso, tamanha a qualidade da programação neurolinguística.

Agora, me entristeceu bastante... Eu escrevi um livro dedicado ao professor, o título do livro é *Acorda, Professor*, um livro em que eu estou contando para ele que o executivo lá fora - já que falamos muito de competitividade -, esse profissional precisa muito ser o melhor. Então, nós professores precisamos de tudo isso, e eu vim para Cuiabá para fazer esse trabalho.

Quer dizer, fui primeiro na Secretaria de Educação do município, fui na Secretaria de Educação do Estado e disse que faria gratuitamente: eu quero que você conheça, me dê oportunidade, me oportunize uma palestra para os seus professores, só para que eles entendam como nós utilizamos a PNL em sala de aula. Esses professores serão mais saudáveis... Vocês sabem que o maior índice de atestados médicos é passado para a educação, para os professores? Isso é grave, não é de mentira que o professor adoce, é de verdade, por não ter técnicas que facilitem seu trabalho.

O que aconteceu? Hoje, o Colégio Master, o Colégio Afirmativo, a UNIC, pela terceira vez - e estarei lá amanhã ministrando uma palestra para todos os profissionais da área de saúde, para alunos, professores, doutores...

Mas a Secretaria de Educação não abriu as portas para mim, não oportunizou que eu desse uma palestra gratuita para os professores, porque eu gostaria muito que conhecessem o quanto esse trabalho gratificaria e melhoraria a qualidade do professor, a saúde dele, o relacionamento dele com o aluno.

É exatamente sobre isso que eu gostaria de falar e não tive a oportunidade. Inclusive, no Colégio Afirmativo, no Colégio Expressão, em todos, eu já fui várias vezes dar palestra, mas, infelizmente, em órgãos públicos ainda não fui convidada para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Então, eu vou fazer um convite a senhora...

A SR<sup>a</sup> SHIRLEY BERNARDES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Professora Chirlei, nós temos aqui a Escola do Legislativo. Esta escola treina seus funcionários e a comunidade. Eu não estou autorizado pelo diretor da escola, o Sr. Adriângelo, mas eu convido, como Deputado, a senhora para vir dar uma palestra aqui para os Deputados, para os funcionários e para os membros da Escola do Legislativo. Está oficializado o convite.

A SR<sup>a</sup> SHIRLEY BERNARDES - Farei isso com muita honra. É só oficializar a data que eu virei.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Robson Benites Mendonça, estudante da Escola Presidente Médici.

O SR. ROBSON BENITES MENDONÇA - Boa-tarde a todos!

O meu nome é Robson.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Eu quero perguntar qual é o objetivo desta audiência pública; se vocês irão fazer o que foi falado aqui na audiência pública, ou se vai ser somente discutido como sempre acontece. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós vamos responder no final.

O SR. ROBSON BENITES MENDONÇA - Não, eu queria que os senhores respondessem agora, porque eu tenho outras...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não, nós vamos responder ao final, porque nós estamos anotando todos os quesitos, até para que você fique até o final da audiência pública, também. (RISOS)

O SR. ROBSON BENITES MENDONÇA - Sabe por quê? Porque vocês estão falando de educação, educação...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Sim, mas nós vamos responder para você.

O SR. ROBSON BENITES MENDONÇA - Vocês não estão colocando os alunos dentro da audiência pública; vocês estão somente falando o que vai acontecer, o que vai colocar...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Você é professor?

O SR. ROBSON BENITES MENDONÇA - Eu não sou professor, eu sou aluno.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Ah, então, você está na audiência pública... Nós vamos responder ao final. Eu só gostaria que você tivesse um pouquinho de paciência.

O SR. ROBSON BENITES MENDONÇA - Tudo bem! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Professor Fernando Gonçalves.

Nós vamos catalogar todas as perguntas para que dê tempo das pessoas responderem. Mas nós vamos responder para você.

O SR. FERNANDO GONÇALVES - Boa-tarde a todos. O meu nome é Fernando Gonçalves.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Presidente Humberto Bosaipo.

Quero dizer para o colega que a juventude é isso; nunca tem espaço; é sempre dessa forma que a juventude é reconhecida (PALMAS)... Mas podem ter certeza de que isso irá mudar, podem ter certeza.

Eu queria perguntar para a Presidente da Comissão de Conselho da SEDUC. A minha preocupação é que os alunos sempre buscam informações conosco, nós professores, a respeito da questão da regularização do ensino médio nas escolas públicas. Existem muitas escolas em Cuiabá, em Mato Grosso em geral, que não são autorizadas, que não são reconhecidas. Até temos aqui um representante de uma faculdade que pode dizer o quanto isso implica quando um aluno é aprovado em um vestibular. Isso se faz até que venha ser, no final, complicado para se receber o diploma. Ele estuda, termina o seu nível superior e não recebe o seu certificado para assim poder ser enquadrado num salário.

Então, eu gostaria de saber da preocupação da SEDUC quanto a isto. E quero saber a resposta do colega também (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Está certo. Ele vai ser ouvido. É só ter paciência. Agora, vamos ouvir a Sr<sup>a</sup> Ana Ângela Madalena Curvo Garcia, de Várzea Grande.

Se a pessoa tiver uma pergunta endereçada, direta, faça como o Robson, diretamente para quem ele quer que responda a pergunta, porque nós vamos ganhar tempo, uma vez que o nosso prazo regimental é até às 17:00 horas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> ANA ÂNGELA MADALENA CURVO GARCIA - Meu nome é Ana Ângela Madalena Curvo Garcia. Sou professora há 16 anos. Durante 5 anos trabalhei para Estado, e há 11 anos trabalho ainda até hoje com salas de aula. Comecei a alfabetizar meus filhos, hoje, pequeninos de Jesus. Então, eu tenho uma preocupação muito grande em relação àquilo que o Promotor da Infância e da Juventude falou quanto ao ingresso da criança na creche, na escola. Quanto mais cedo eles chegarem, mais capacidade eles terão de desenvolver com mais facilidade.

Então, sobre a pré-escola, cada criança tem o seu desenvolvimento. A criança geralmente entra na escola para fazer a pré-escola, sem algo antepassado. Logo já vai para o primeiro ano. Muitas vezes essas crianças que vão só esse primeiro ano, que fazem aquela pré-escola que não é de qualidade - a maioria das vezes não é de qualidade - elas vão para o primeiro ano, não dão conta de copiar nada, e aí os professores já exigem bastante. Então eu acredito que tem que ser.

Então, dentro da creche a criança deve ter um acompanhamento, para que possa avançar os seus estágios, quando a mesma estiver com essa capacidade. Então, ela tem que ter aquele avanço e o principal de tudo é começar um trabalho desde o ingresso dessa criança na creche; ver as dificuldades que ela tem para ser trabalhada aquela dificuldade, para que no futuro ela tenha capacidade para pensar.

Então, a minha preocupação vem de muito tempo e a coloco agora, aqui, para os responsáveis. Agradeço (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Obrigado.

Por último, a Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida Cortez, do SINTEP de Várzea Grande.

A SR<sup>a</sup> MARIA APARECIDA CORTEZ - Boa-tarde a todas e a todos!

Os alunos são da Escola Júlio Müller, de Várzea Grande, uma escola de ensino médio. Até então, tinha-se a discussão de uma escola para jovem, assim como tem para adulto. Teve um período que havia uma escola para jovens, chamada Escola Apoena. Essa escola nem chegou de ser implantada e foi extinta.

Eu quero dizer que eles gostariam de saber da Secretaria de Estado de Educação quando e como foi feito o debate com os alunos; quando passou a educação profissional para uma outra Secretaria e como isso se dará articulado com o ensino médio.

E, também, cumprimentar aqui...

A SEDUC falou da valorização. Nós temos na plenária o professor, que é mestre. Há um ano e meio tramita o seu processo de progressão, e, até hoje, ele não recebeu e não sabe quando receberá como mestre e, também, quando isso poderá ser atendido.

A professora Rosana é da Escola Roberto Marinho, de Várzea Grande, que funciona em uma igreja e não tem a menor condição de funcionamento...

Também gostaria de protocolar, junto à Secretaria, com cópias ao Ministério e à Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, a denúncia trazida da Escola Sarita Baracat, assinada por mais de três mil pessoas, que coloca que "a Escola não tem direção, falta carteira, falta água, que as condições são inadequadas, que o atendimento da Secretaria é insuficiente, uma vez que reduziu o número de funcionários, tanto da limpeza, quanto do administrativo, o bebedouro não funciona, estão tomando água quente com um calor de quarenta graus, não há ventiladores, o banheiro não tem descarga, a iluminação é inadequada no período noturno, e que não há aulas no período vespertino, porque tem que sair em função da falta da água".

Nós estamos protocolando junto à representante da Secretaria, Sr<sup>a</sup> Zileide; junto ao Ministério. E não é somente a Escola Sarita Baracat que passa por isso.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós gostaríamos de solicitar uma cópia, também, para a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Então, eu acho que podemos começar a responder as perguntas.

O objetivo desta audiência pública é justamente o de debater essas questões da educação, cobrar das pessoas responsáveis a execução, pelo menos a eliminação dessas deficiências, este é o nosso papel. Todas as questões pertinentes, aqui, estão voltadas para a questão governamental, tanto na área do Estado que é do município, e o nosso papel é intermediar esse debate.

Quando aquele estudante fez o seu questionamento - é lógico que a ênfase que ele deu é uma necessidade de todos os estudantes -, se vamos resolver os problemas ou não, é isso que estamos atrás mesmo, de resolver os problemas, cobrar de quem é de direito a realização desse projeto. É por isso que há audiências públicas.

Não houve... Eu quero falar para você, não sei se é professor, aluno, o Robson... É professor ou aluno? Fernando... Não houve cerceamento de liberdade de falar não, apenas - não sei se você chegou no horário - deixamos todas as perguntas para o final. A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social está aberta para você, para os estudantes, para os professores trazerem essas sugestões, porque é isso mesmo que queremos fazer, é cobrar de quem de direito a aplicação dos recursos da educação, para não ouvirmos, lamentavelmente, o que acabamos de ouvir agora, uma professora dizendo das péssimas condições da Escola Sarita Baracat, sem mencionar as outras. Eu conheço escolas no interior deste Estado, onde alunos ainda apagam caderno do seu irmão para usar porque não tem.

Então, eu quero dizer para vocês que o nosso papel, aqui, é o mesmo de vocês, é cobrar, fiscalizar, claro, dentro das normas que nos regem uma audiência pública. Então, eu acho que a Zileide pode responder boa parte, a Secretaria de Ciências e Tecnologia também tem respostas, e quem da Mesa quiser responder os questionamentos, a palavra está aberta.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Então, eu vou na tréplica agora...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não, não. Aí acabou. Você não estudou direito? Pergunta para o Promotor...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto.

Se começarmos um debate dessa forma, não acabaríamos a... Eu quero até que você me perdoe, se o interrompi. Eu quero ter a humildade de...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto.

Eu quero ter a humildade de lhe pedir desculpas, se o interrompi, mas se eu abrisse o debate dessa forma, não terminaríamos, e muita gente aqui tem compromisso ainda com aula, com... Tem professores que certamente irão dar aulas, tem alunos que vão para a escola e todos nós ainda temos compromissos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES - Deputado, eu queria só ser o interventor nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Pois não.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES - Primeiro, recuperando historicamente. No início deste ano ou no final do ano passado, nós tivemos aqui uma audiência, inclusive veio um deputado estadual do PT de onde existe uma comissão ligada à questão da política dos jovens. Naquele espaço se abriu o que era pontual sobre os jovens, inclusive os jovens sentaram a esta Mesa e colocaram suas dificuldades em relação a isso. Isso era só um lembrete histórico sobre isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BORGES - O senhor estava aqui realmente. Eu tenho memória fotográfica e você estava aqui. Promotor não pode esquecer com quem ele cruza.

Agora o que nós vivemos, gente? Um processo democrático. Isso aqui é um ambiente democrático, onde discutimos as coisas, colocamos os problemas. Hoje nós tivemos um momento muito interessante. Nada neste País vai se resolver, a não ser com um compromisso de todos e um processo.

Nós temos hoje um partido de esquerda, com uma visão social lá tendo suas dificuldades. Nós temos o Governo Estadual aqui tendo suas dificuldades e temos os municípios tendo suas dificuldades. Nós mesmos, do Ministério Público, temos um papel muito relevante nessas cobranças, mas isso tem que ser feito com muita propriedade, buscando efetivamente os resultados finais. O imediatismo, às vezes, nos leva a cometer erros. Hoje mesmo nós vivemos um momento político neste País, e eu falo lembrando os 40 anos da revolução ou do golpe, que temos que tomar muito cuidado. E eu falo especificamente do movimento sem-terra, que é um movimento legítimo, mas que tem que ter responsabilidade nos seus atos.

Vamos ao foco, não é Deputado?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Muito obrigado.

Realmente. Sabe por quê? Esta audiência pública deveria ser presidida pelo Presidente da Assembléia Legislativa; na sua ausência, pelo Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, mas vamos ouvir a resposta primeiro e, quem sabe, satisfaça a pergunta do aluno.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Zileide Lucinda dos Santos.

A SR<sup>a</sup> ZILEIDE LUCINDA DOS SANTOS - Apesar de ser um momento bastante importante, ao mesmo tempo temos alguns prejuízos, o de não poder realmente colocar na íntegra o pensamento, a idéia, o projeto e às vezes até pelo curto espaço de tempo temos que reduzir muito e aí as vezes não há um entendimento.

Gostaria de retomar a algumas coisas, até porque foram colocadas, algumas por pergunta e outra talvez porque não tivemos o tempo suficiente para colocar.

Quando estávamos colocando sobre o programa Escola Atrativa, colocamos inicialmente que ali estavam alguns programas e que isso ainda não era a política educacional do Estado de Mato Grosso. Estamos caminhando para isso. Queremos chegar a isso. E uma das ações que temos colocado no programa é a elaboração de uma política, inclusive com financiamento para a educação básica no Estado de Mato Grosso. É só isso que eu gostaria de deixar claro. Então, aqui estão alguns programas, alguns projetos que vão dar rumo, que vão nortear as ações da Secretaria de Estado de Educação. Então, penso que isso é importante esclarecer.

A questão do ensino médio que foi colocada aqui, da educação infantil, penso que também é importante. Houve uma discussão com o Governo do Estado e o Prefeito Roberto França, porque anteriormente a SEDUC vinha mantendo as creches filantrópicas e comunitárias assim como o ensino médio. Então, qual foi a discussão. Quer dizer, da SEDUC ter o seu foco no ensino médio. E a Prefeitura Municipal de Cuiabá passaria a atender as creches, e é exatamente isso que foi feito. A SEDUC vai estar financiando o ensino médio, que é atendido nas escolas públicas municipais e aqui de Cuiabá. E a Prefeitura Municipal de Cuiabá passaria como de fato e de direito a assumir as creches filantrópicas e comunitárias, que é o que preconiza a lei. E mesmo assim entendemos que se tivéssemos atendido o ensino fundamental na sua totalidade e o ensino médio com certeza seria uma ação que o Estado poderia estar assumindo também.

Uma outra pergunta que foi colocada aqui, que é a questão da regularização das escolas. Gostaríamos de dizer que pelo Conselho Estadual de Educação - e a nossa colega está

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

colocando aqui, até ela passou essa informação - hoje todas as escolas do Estado que atendem o ensino médio estão regularizadas. Então, estamos orientando que você procure o *site*. Então, o que estamos sugerindo... Só um minutinho.

(O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos garantir a palavra à professora.

A SR<sup>a</sup> ZILEIDE LUCINDA DOS SANTOS - Então, o que estamos sugerindo? Eu acho que o primeiro processo é estarmos fazendo uma visita nesse *site*. Agora o que tem aí? São algumas situações que temos prazo. Por exemplo, se temos uma comunidade que precisa ser atendida, o certo seria criar a escola. Primeiro, passar pelo Estado, passar pelo Conselho para aprovar e depois autorizar. Isso acontece, os alunos estão lá, eles têm que ser atendidos.

Então, são algumas situações, está tramitando esse processo e hoje elas não estão ainda autorizadas. Concordo com você, quer dizer, essa é uma ação que está dentro do Programa Escola Atrativa, no Projeto Minha Segunda Casa, que é automatizar a criação de escola com a regularização dessa escola.

A SR<sup>a</sup> MARIA AUXILIADORA AZEVEDO COUTINHO - Eu só queria contribuir... Na verdade, talvez eu tenha passado a informação... O Conselho Estadual de Educação está disponibilizando um *site* onde todas as escolas regularizadas estarão lá e não o inverso, porque todas as escolas estão regularizadas. Foi essa a informação, a senhora me desculpe.

A SR<sup>a</sup> ZILEIDE LUCINDA DOS SANTOS - O Programa de Inclusão Digital, nós temos aqui todas as informações que é um programa até 2006. Agora, eu entendo essa sugestão que o Deputado colocou, de que tenhamos uma reunião de trabalho, porque senão vamos ter que passar informação atropelada e pode ser que aconteçam situações que nós já vivenciamos. Então, estamos com todas as ações para 2004, 2005, 2006, quer dizer, que vai estar atendendo desde a sede, CEFAPROs, unidades escolares e até o atendimento à comunidade. E aí nós sugerimos que nessa reunião de trabalho possamos passar, inclusive, com mais detalhe todo esse Programa de Inclusão Digital.

A questão que foi uma primeira pergunta, em relação a essa questão da mídia, entendo que é muito importante. Não me lembro agora o nome da pessoa, mas queremos informar que estamos com um programa na área da comunicação, que é o EDUCOMRÁDIO, que é um programa em parceria com a USP e com o Ministério da Educação, onde nós estamos trabalhando toda essa questão da comunicação e da mídia lá no interior da escola. E este ano nós vamos estar implantando em vinte escolas do Estado de Mato Grosso essa experiência com o rádio lá na unidade escolar e com a participação da comunidade.

São algumas questões que entendemos de importância e, pelo tempo, eu acho que a Sr<sup>a</sup> Flávia também poderia estar colocando algumas questões.

A SR<sup>a</sup> FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Boa-tarde a todos e a todas.

Para mim é uma satisfação muito grande estar aqui. Eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes em nome da Professora Maria Auxiliadora, que é professora aguerrida da nossa UNEMAT, tem feito um trabalho muito importante de destaque no Conselho Estadual de Educação e gostaria de cumprimentar a todos, pedindo licença às autoridades, em nome dela.

Cumprimento a todos em nome da Professora Maria Auxiliadora e registro que fiquei muito feliz com o convite que recebi para estar presente aqui, Deputado Humberto Bosaipo, pela importância do tema e porque, quando recebi o convite em meu nome, eu percebi o seguinte: Há um entendimento de que política de educação não é só a política da educação fundamental e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

média, nós estamos falando também de Educação Superior e também de Educação Profissional, que é o meu papel na equipe do Governo do Estado.

Por essa razão estou aqui e acho que esse debate tem que ser ampliado, porque não podemos falar só desse nível de educação, nós temos que falar da educação como um todo.

Nós temos que debater o Ensino Superior, a reforma universitária que está ocorrendo, traduzida pelo trabalho do MEC. Temos que discutir toda revolução que está acontecendo também com relação à Educação Profissional no país e no Estado.

Então, estou à disposição para quando esse debate tiver que acontecer também em outras linhas.

E acho que a resposta à acadêmica do curso de Comunicação Social foi parcialmente dada pela colega Zuleide, da SEDUC, mas eu gostaria de dizer também que é uma satisfação ter você aqui, como a primeira pessoa a interferir nessa assembleia, porque mostra o preparo dos nossos alunos. Nós estamos preparando excelentes profissionais aqui no Estado e isso é muito importante ser registrado.

Então, com relação à inclusão social, além desse programa que a SEDUC traz, existe também um programa dentro da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, que trabalha com Inclusão Digital, não na escola, mas nas comunidades que são atendidas pela construção de casas populares. Não casas populares como daquele modelo que conhecemos, todas aquelas casinhas iguais, mas sim dentro do contexto de um bairro, de uma vila em que há um Centro Comunitário e nesse Centro Comunitário existem computadores, existem pessoas que atendem a comunidade e faz a Inclusão Digital da comunidade como um todo.

Ainda, infelizmente, não é um programa grande o suficiente como gostaríamos de ter, mas isso está sendo feito com muita seriedade, está sendo priorizado junto à Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania e junto à Secretaria de Infra-Estrutura. Há também um esforço por parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia para buscar recursos no Ministério de Ciência e Tecnologia para que se faça também Inclusão Digital não nas escolas, mas também na comunidade. Nós estamos já com um projeto que foi enviado ao Ministério, ainda não temos resposta, para implantar essas ações de Inclusão Digital junto aos nossos antigos CENFORs. Os senhores já devem ter ouvido falar nos antigos CENFORs que hoje transformamos em unidades regionais do Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, recentemente criada, com o apoio da Assembleia Legislativa, que discutiu exaustivamente esse tema conosco e nós queremos, então, num modelo de ampliação das ações desses Centros, trabalhar também com inclusão digital.

Então, isso está sendo trabalhado, mas ainda não temos um posicionamento definitivo.

Eu gostaria, não tomando muito tempo, de fazer uma referência específica à questão que foi colocada por uma professora sobre a transferência da educação profissional da SEDUC para a Secretaria de Ciências e Tecnologia. E gostaria de dizer que nós temos trabalhado muito no sentido de fazer com que o Estado tenha um sistema de gestão e um sistema de financiamento específicos e direcionados para a educação profissional. Então, isso não significa que a educação profissional vá sair do Sistema Estadual de Educação, que vai ter um Sistema Estadual paralelo. Não é isso que nós queremos, não é assim que temos tentado trabalhar, é no sentido de integrar o Sistema Estadual de Educação, fazendo um sistema de gestão e de financiamento que sejam realmente sistemas que atendam a demanda do Mato Grosso. O que temos hoje, todos nós sabemos e foi a fala de um senhor que esteve aqui, também, preocupado com a situação dos pais dessas crianças. O que nós temos hoje? Pessoas que precisam trabalhar, pessoas que teriam onde trabalhar porque as oportunidades de emprego são grandes, a professora deve saber disso. No Mato

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Grosso... Mato Grosso é um Estado que se destaca em aumento da oferta de postos de trabalho e, muitas vezes, as pessoas não estão qualificadas para atender essa demanda.

Então, é nesse sentido que nós criamos esse Centro. Esse Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica não vai trabalhar apenas e tão-somente com cursos básicos, de curta duração, nós queremos implantar uma rede estadual, estamos implantando uma rede estadual de educação profissional e tecnológica, onde se ofereça ensino técnico e tecnológica de qualidade, gratuito, onde se promova o aumento da escolaridade do trabalhador e onde se consiga também atacar um grande desafio, que consideramos talvez seja o maior desafio de todos, que é fazer o ensino médio integrado com a educação profissional.

Nós temos trabalhado dessa forma já com a SEDUC, esse trabalho provavelmente vai começar no Município de Barra do Garças, vamos integrar esses dois sistemas mesmo antes do Governo Federal aprovar o decreto que vai regularizar essa situação. Esse decreto está pronto, a minuta está pronta lá na Casa Civil, nós temos a expectativa de que isso vai acontecer rapidamente. O Estado de Mato Grosso não vai esperar, nós vamos trabalhar, esse é um grande desafio e todos sairão lucrando com isso, certamente. É um exemplo de integração entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Educação.

Com relação, Deputado, ao repasse de recursos da educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, eu gostaria de dizer que em função do papel que a Secretaria tem na articulação da educação profissional, nós precisamos estar com a Secretaria, que tem o papel de articulador, para fazer essa educação funcionar com qualidade, nós precisamos estar à frente da discussão de que tipo de curso nós ofereceremos em cada realidade regional. É por essa razão, apenas por essa, que há essa congruência de uso de recursos...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deixe apenas eu fazer uma interferência no assunto.

O Governador Blairo Maggi esteve aqui na Assembléia Legislativa e prometeu criar uma comissão paritária, entre Governo, Assembléia Legislativa, SINTEP, órgãos envolvidos com a educação, para tratarmos desse assunto, e estipulou o prazo de 90 dias. Nesse intervalo, nós votamos esse projeto que, entendo eu, seria pauta para essa discussão. E nós já vamos para 60 dias, eu já cobreí da Secretária de Educação esta reunião paritária, da qual a senhora deverá participar - inclusive, eu acho, como representante -, porque nós temos que definir as diretrizes da educação de Mato Grosso, e até final de maio seria insuficiente o prazo para discutirmos esses assuntos, cobranças como essas que estão aparecendo no dia-a-dia.

Eu temo que nesse intervalo venham projetos que seriam objeto de discussão dessa comissão. De forma que a senhora não tem culpa, nem eu, mas...

A SR<sup>a</sup> FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Essa fala será levada, certamente...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Secretária de Educação e o Governador têm que estar atentos, porque é um documento que o Governador assinou e está em poder dos Deputados, inclusive nele está estipulado o prazo de 90 dias para definir a política educacional de Mato Grosso.

A SR<sup>a</sup> FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Eu agradeço a oportunidade e estou à disposição para qualquer outra questão (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> ANDRÉA - Eu sou assessora de comunicação da SEDUC, e em relação ao que o senhor estava dizendo, realmente o Governador determinou o prazo de 90 dias, como está no documento que foi encaminhado à Assembléia Legislativa, mas a SEDUC está aguardando os nomes que irão representar o SINTEP nesse grupo de trabalho. É essa a determinação que nós temos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu entendo que se o SINTEP não apresentar, por um motivo ou outro, os nomes, ela tem que começar esse trabalho, porque de repente o SINTEP não indica, e nós não podemos parar...

A SR<sup>a</sup> ANDRÉA - Já houve reuniões, o Júlio está até aqui, não sei se o Júlio participou dessa reunião....

O SR. PRESIDENTE HUMBERTO BOSAIPO - Nós trataremos desse assunto em outra oportunidade. Eu agradeço sua participação.

A SR<sup>a</sup> ANDRÉA - Mas já está encaminhado e estamos aguardando a indicação dos representantes do SINTEP para continuarmos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Obrigado.

Com a palavra, o Sr. Paulo Eduardo dos Santos.

O SR. PAULO EDUARDO DOS SANTOS - Eu só gostaria, Deputado, em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de dizer a todos e a todas que esta audiência foi solicitada pela Campanha, mas nós sabíamos que os temas e as discussões que aqui aconteceriam, demandariam um prazo maior que este, de duas horas, duas horas e pouco, para encerrarmos todas as falas, todos os debates que aqui aconteceram.

A idéia da Campanha era possibilitar mais um espaço de discussão e de aproximação entre alunos e Parlamentares, professores e esta Mesa que aqui está, para que pudéssemos trazer aos Srs. Deputados a realidade da educação no município, a realidade da educação no Estado, para que vocês, muito mais do que intermediadores de um debate como este, pudessem interceder positivamente para que a qualidade da educação seja, de fato, uma realidade; que a educação, Srs. Deputados, seja, de fato, prioridade nas políticas públicas, tanto em nível federal - e por aqui passou o Deputado Wilson Santos, que tem uma missão bastante importante neste momento, que diz respeito aos financiamentos da educação, que perpassa da educação infantil à universidade... Nós não podemos nos esquecer da universidade, das reformas universitárias que estão acontecendo em nível estadual, de Vossas Excelências, Deputados Estaduais, para estabelecerem uma negociação com o governo estadual e com o governo municipal, para que, de fato, tenhamos uma educação de qualidade para todas e todos os municípios.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta audiência pública foi uma sugestão sua, e imediatamente nós tomamos providências para realizar. E a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, como estará permanentemente reunida, convidará a Secretária de Educação, a Secretária de Ciência e Tecnologia, as pessoas envolvidas, para que nós possamos debater isso, também, à luz do orçamento, porque fica muito empírico, muito bonito, nós programarmos as coisas, mas se não houver dinheiro... Neste Estado aqui, cabem a França, a Bélgica, a Áustria e o Piauí dentro. Então...

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Concede-me a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Pode ter calma, que Vossa Excelência vai falar.

Então, de forma que essa ansiedade de Vossa Excelência é a de todos nós para resolver os problemas da educação.

Agora, a primeira providência que tomamos quando recebemos a sua sugestão, foi convocar esta audiência pública. Daqui para frente, pela Comissão isso vai ter um encaminhamento diverso. Vamos ouvir, aqui, a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - É sobre a pergunta de inclusão digital... Cadê a colega que fez a pergunta?

Eu, no ano passado, estive na Presidência da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, e fizemos vários debates, primeiro, sobre a LDO, depois sobre o PPA

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

e Orçamento - o Orçamento para este ano e o PPA para os próximos quatro anos. Os recursos previstos para inclusão digital são muitos, inclusive, fazendo uma interface com a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Eu gostaria, inclusive, de colocar a disposição de Vossa Excelência o orçamento previsto para esse setor de inclusão digital. É muito dinheiro, não é pouco não. É bom que vocês saibam os valores, os programas. Tem recursos para as unidades escolares, para o Centro de Formação do Ensino Profissionalizante...

Agora, o que nós vamos fazer é acompanhar a execução orçamentária e cobrar, porque, muitas vezes, fica no papel. Por isso, o Robson veio aqui fazer a pergunta de quando é que vai acontecer, porque, muitas vezes, nós votamos, deliberamos, mas fica no papel, e aí acaba acontecendo sem a participação de todos que hoje estão dentro da unidade escolar.

Então, essa é uma peça que nós cidadãos e cidadãs, independente de onde estamos hoje, precisamos começar a conhecer e cobrar para quem socorra, que é o orçamento da educação.

Uma outra questão é sobre a UNEMAT. Gostaria de sugerir ao Presidente da Comissão que façamos, aqui, uma reunião com a UNEMAT. Nós precisamos fazer porque, no ano passado, quando deliberamos sobre o orçamento do Estado, a UNEMAT estava bastante prejudicada. Foi através de uma intervenção dos Parlamentares que conseguimos alterar o orçamento da UNEMAT para este ano.

Nós precisamos fazer esse debate junto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Eu quero, inclusive, saudar a Secretária, porque está aqui conosco, é a única que veio aqui discutir. Infelizmente, chegou um pouquinho atrasada, mas me avisou que demoraria. Encontrei-a saindo do gabinete do Governador.

Então, eu quero sugerir essa audiência ou uma reunião, ou, então, uma visita *in loco* aos núcleos da UNEMAT, porque temos recebido várias reclamações, realmente, da presença do Estado em relação a nossa Universidade Estadual.

Por último, eu gostaria de responder ao Robson. Robson, eu já fui de movimento estudantil, fui do DCE, fui do sindicato dos Trabalhadores da Educação, fui Vereadora e agora estou Deputada. Essa mesma inquietude que você tem eu já passei e passo constantemente. Muitas vezes, saímos com gastrite, com estresse, com angústia e tudo o que você imaginar, mas eu acho que a resposta que você quer é olhando a postura de cada um que está à mesa e como eles agem no dia a dia. Se traduzirmos nos nossos atos, naquilo que votamos, naquilo com que nos comprometemos estará essa angústia que você busca, porque eu poderia responder... Aqui está dizendo o panfleto... Primeiro esta audiência está acontecendo porque várias entidades nos enviaram documentos solicitando a audiência pública, e nós estamos aqui cumprindo o que nos foi solicitado. Eu já participei de várias audiências neste local, audiência que, inclusive, levaram a ações concretas. Toda audiência...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Não, depois o Presidente possivelmente vai lhe passar a palavra para responder.

Então, veja bem, eu acho que nada que fazermos... Eu, pelo menos, coloco isso na minha vida. Tudo o que eu faço, cada ato que faço, sempre procuro fazer com que aquele ato construa algo, e é assim que fazemos. Eu não queria estar nesta mesa, hoje à tarde, sem que daqui saísse coisas importantes para construirmos. Eu acredito que esse seja o objetivo de todos aqui.

Então, sua inquietude tem que continuar mesmo, porque isso é cobrança, é pergunta, é o que faz o mundo mudar e o que faz com que respondamos sua inquietude. Muitas vezes, não na hora, no momento ou na forma como queríamos, mas alguma coisa sempre sai. Se construímos este País hoje, se temos a história deste País hoje da forma como temos foi porque

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

muitos como você construíram para chegarmos aonde chegamos, para avançarmos, inclusive, e cumprirmos o que este panfleto está cobrando. Muito bom esse panfleto. Ele praticamente colocou tudo o precisamos construir e assumir isso no dia a dia.

Robson, continue assim, porque eu também já passei por essa fase. Estou na fase que estou, mas precisei passar por essa muitas vezes para chegar aqui. Eu ficava balançando o pé, nervosa, brava, mas ajudei a construir um Estado e um País melhores.

Então, parabéns! Espero corresponder ao que você está buscando. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Quero dizer também que toda a imprensa de Mato Grosso, hoje, difundiu, divulgou essa iniciativa. É assim que vamos trabalhar. Qualquer iniciativa em termos de educação, quer de estudante, quer de professor, de técnicos, de pessoas envolvidas, que nos procurem, porque vamos abrir esse espaço mesmo. Acho que a imprensa de Mato Grosso, desde ontem, vem dando uma divulgação muito grande.

Nós já temos objetivamente aqui a presença da Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade, vou marcar só a data para debatermos essas ações. Uma audiência com o Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados. O Deputado Wilson Santos vai agendar para nós com a Comissão. E, certamente, que quanto a essas sugestões vamos pedir providências no sentido dessas escolas que estão sendo assaltadas. Lemos aqui o ofício.

Chamar a atenção para essas escolas em condições precárias. Nós ficamos sabendo disso aqui, hoje, através de um documento. Tudo isso é fruto deste debate, desta audiência pública.

Com a palavra, o Sr. Robson.

O SR. ROBSON - Eu só fiz essa pergunta, porque quando eu assisti à propaganda na televisão, em que estava escrito: “participem da audiência pública”. Mas, na verdade, eu vim aqui assistir a vocês falarem. Por isso, que eu coloquei esta pergunta, porque para eu acreditar em tudo o que está acontecendo aqui, somente vendo.

Eu cheguei aqui às 14:00 horas e até agora posso falar para vocês que eu com dezoito anos, procurando serviço, é uma perda de tempo ter ficado aqui. Por isso, eu fiz essa pergunta. Era só isso que eu queria dizer.

Vocês devem trocar, então. Coloquem, da próxima vez: “assistam a audiência pública”. É só isso que eu queria dizer. Agora tenho que ir embora, porque eu tenho que estudar ainda (PALMAS).

A SRª VERINHA ARAÚJO - Eu queria a tréplica agora, porque como eu falei...

Eu acho que o que precisa fazer, por exemplo... Cadê a representação dos estudantes aqui na mesa? Então, eu acho que o que precisa fazer são os grêmios se articularem através da sua representação estudantil, exigindo presença na mesa e falando. Aí não vai acontecer o que você falou. Não sei se chegou antes... Bom, depois o representante fala. Só isso, Robson. Se organizem e venham à mesa, porque aí vocês têm que falar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu até gostaria que ele fosse candidato lá no colégio e viesse com a representação estudantil de voto, como nós temos aqui o João Ricardo, que é Presidente da Associação Cuiabana de Estudantes, que foi votado, eleito. Então, eu gostaria que você participasse. Você não perdeu tempo. O que você aprendeu aqui, os seus colegas, que não vieram, não aprenderam. Você pode ter certeza de que da forma como você entrou aqui, você saiu diferente. Você saiu daqui muito mais aprimorado, muito mais educado, e aprendeu. O que você ouviu aqui, os seus colegas não ouviram. E esta Casa está aberta, meu querido. Você pode participar, pode sugerir, pode escrever, pode xingar, pode debater e se quiser vir para a televisão, nós temos a TV Assembléia. Está aberto o espaço para você! Mas é isso mesmo! O que você está fazendo é uma coisa bonita, mas você não perdeu...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

O SR. ROBSON (DA PLATÉIA) - Eu só queria que vocês conversassem com a gente...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu vou designar a Deputada Verinha Araújo para lhe atender e depois você conversa com ela.

Deputada Verinha Araújo, a senhora está designada para conversar com ele.

Com a palavra, o Sr. João Ricardo Nogueira, representante da Associação Cuiabana de Estudantes.

O SR. JOÃO RICARDO NOGUEIRA - Peço desculpas. Eu cheguei um pouco tarde. Eu disse que não tinha conhecimento, mas não é bem conhecimento, eu estava em Rondonópolis, no Congresso da UMES de lá. Eu assumi agora, no final do ano, a Presidência da AME, que é entidade estadual e então estamos viajando no Estado e tivemos o Congresso no dia de ontem. Eu acabei de chegar de viagem neste instante.

Eu queria só fazer uma pergunta, até porque eu não vi aqui como é que foi o debate como um todo, então não posso... Mas eu só queria fazer uma pergunta aqui para a SEDUC e outra para a Assembléia.

Para a SEDUC é a seguinte: nós fizemos agora um foro no dia 14, onde reunimos 16 cidades no CEFET, antiga Escola Técnica, e o que o Fernando disse aqui foi um dos nossos temas com relação à regularização das escolas. Foi dito aqui que estava 100% e o dado que nós temos é de quase 90%. Foi corrigido, mas eu só queria colocar um outro dado aqui, que quase 90% das escolas que fazem EJA, os cursos de EJA estão praticamente todos irregulares. Nós temos uma escola aqui em Cuiabá que só faz EJA e é uma escola que está irregular, tem 58 turmas lá esperando a regularização para ter o diploma.

Então, como foi bem dito aqui, como é que esses alunos ficam quando passam numa UFMT, que é difícil passar, passam num concurso público e depois perdem a vaga, porque não têm o diploma?

Eu quero dizer que foi levantado esse foro para discutirmos isso e, infelizmente, a Secretária não pode ir, foi feito o convite, mas estiveram lá representantes que eu acho que devem ter ficado até o final.

Eu queria só reafirmar o que o Fernando disse e perguntar à Assembléia aqui, qual o papel, porque temos hoje conhecimento de que não tem nenhuma lei ainda que cria a função da Assessoria Estudantil no Estado de Mato Grosso, que são os assessores e os pedagógicos que fazem esse papel. Entendemos que o papel desse cargo é de organizar, de dar auxílio para a organização dos grêmios e dos estudantes. Mas nós estamos vendo que já desde um ano e pouco o placar... E essas pessoas tem ido por todo Estado, em várias cidades com dinheiro público, em nome do Governo e o que estão fazendo é um pouco diferente do que entendemos que era para ser feito, que ao invés de auxiliarem o movimento tentam intervir nele.

Então, já fizemos a denúncia à Secretária, ao Conselho e nós já esperamos há quase um ano, não foi feito nada, então queremos já fazer e vamos fazer isso com documentos e com todos fatos e provas que temos. Mas eu acho que um ano já foi muito tempo, já esperamos demais. Então, daqui para frente, eu acho que a nossa última esperança vai ser esta Casa de Leis e também se aqui não fizer nada, porque acho que é a nossa última esperança, nós vamos ter que voltar a ocupar as ruas, a fechar o trânsito, para ver se muda alguma coisa.

Então, eu só queria fazer essas duas perguntas e pedir desculpas pelo nosso atraso.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Professora Tânia vai responder sobre a questão da regularização da escola.

A SR<sup>a</sup> TÂNIA TEREZA PASCOALINI - Eu pedi para responder essa pergunta, porque até o começo deste mês eu era Presidente da Comissão de Educação Básica do Conselho

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Estadual de Educação, onde a Associação Mato-grossense dos Estudantes tem assento, e são espaços exatamente onde os estudantes também têm que buscar se organizar através dos grêmios e das associações para que as denúncias cheguem até o Conselho Estadual de Educação.

E nós temos um sério problema. Quando se falou que todas estavam regularizadas, eu levei um susto. Não é possível que na única sessão a que eu não fui, da semana passada, regularizou-se todas, porque até o último dia que eu estava lá não estava. Mas essa informação que a Sr<sup>a</sup> Maria Auxiliadora passou é a correta. Está sendo disponibilizada num *site* a relação das que são regulares. Infelizmente, a maioria das nossas escolas, especialmente as de Educação de Jovens e Adultos da rede estadual estão irregulares. Um processo muito difícil, com problemas sérios de denúncias já feitas no Conselho, vários encaminhamentos à Secretaria da Educação. Como a Zileide falou é correto, a oferta é obrigatória. Então, se tem a demanda no município, tem que começar a ofertar, não dá para esperar todo processo tramitar no Conselho, mas a lei já prevê isso, a oferta é imediata e se dá ao Estado e ao Município 120 dias para o processo chegar no Conselho Estadual de Educação, para que o Conselho regularize. 120 dias não é um ano, dois, dez, não é a escola terminar de ofertar o curso para depois mandar o processo para o Conselho! E não cabe ao Conselho Estadual da Educação a fiscalização disso, não, isso cabe à Secretaria de Estado de Educação fiscalizar. O Conselho só normatiza.

Então, nós temos um problema sério, sim, neste Estado, já denunciado pela Câmara, já denunciado, por mim, na imprensa também, denunciado pelo sindicato, denunciado pelos estudantes e que nós ainda não conseguimos regularizar. É uma tarefa imensa de se levantar e que precisa da colaboração da Secretaria, de imediato, para que nós possamos regularizar a vida dos alunos, dos alunos que já concluíram, dos que já estão na faculdade e que não têm o certificado ainda de conclusão. Precisa ser regularizado através do Centro Estadual de Exame Supletivo. Nós temos a indicação já de quatro vezes que o processo vai e volta para a Secretaria de uma única escola do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, só para os senhores terem uma idéia, um único município só tem uma escola, tem quatro vezes que o Conselho manda para a Secretaria, a Secretaria devolve para o Conselho e não faz a ação que tem que fazer lá no Município.

Então, não é só o Conselho que tem que atuar, é preciso que haja uma atuação coletiva e é preciso que haja como fez a escola de Várzea Grande, que a comunidade se mobilize, denuncie e encaminhe a denúncia, porque é assim que nós vamos ter as ações concretizadas. A partir do momento que a comunidade se conscientiza que o que ela está recebendo não é benefício, não é presente, não é porque o Governador gosta mais ou o prefeito gosta mais, está recebendo porque é direito e direito eu cobro, direito eu brigo, vou para a rua, me organizo e garanto que aquilo seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Muito bem, espero que a senhora faça isso lá no MEC (RISOS).

Queremos anunciar a presença do Sr. Wilson Aguiar, assistente parlamentar da Senadora Serys Shessarenko. Eu quero que o senhor mande o relatório desta audiência pública para a Senadora, Wilson.

Por fim, ouviremos o Professor Júlio César Viana e encerraremos a nossa primeira audiência pública.

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA - Bom, pessoal, primeiro, é sobre a questão da educação infantil, a questão levantada pelo Promotor da Infância e Adolescência. É preciso refletir, especificamente, o que define os arts. 10 e 11 - longe de mim querer ter a pretensão de falar como senhor de lei - os arts. 10 e 11 da LDB, onde estabelece a competência de Estado e do Município.

Onde estabelece a competência do Município diz que cabe ao município atender o ensino fundamental, na proporção de seus recursos, mas isso não está ocorrendo em Mato Grosso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

Em 1998 nós tínhamos 180 mil alunos matriculados nas redes municipais no ensino fundamental, hoje nós temos... Tivemos no ano passado quase 290 mil. O Estado tinha 311 mil alunos matriculados em 1998; no ano passado tinha pouco mais de 270; o Estado tem 2/3 de recursos destinados à educação na totalidade de que seriam os recursos no espaço de Mato Grosso, os municípios têm 1/3 dos recursos. E quem diz que o FUNDEF é, repara isso aí, não fez avaliação da questão, avaliando intrinsecamente todo fenômeno que está dentro do FUNDEF.

Na verdade, doutor, quando um município recebe mais aluno, ele vai receber uma parte dos recursos do FUNDEF, mas vai ter que dividir a totalidade dos recursos com um contingente maior de aluno, portanto, uma média *per capita* menor do que do contexto do Estado. Nas contas que o sindicato fez, a diferença em alguns casos, por exemplo, nos municípios que têm gestão única, exemplo de Alta Floresta, Guarantã, Matupá, entre outros, o valor médio, somando todos os alunos do município de educação infantil e comparando como seria na realidade, como se ele estivesse proporcional ao recurso dele, dá uma diferença de quase 30% a menos no valor que o município tem.

Ora, o Município de Cuiabá não tem capacidade de atender 56 mil alunos. O contingente de alunos que tem aqui do ensino fundamental dá quase 80% hoje na rede municipal. Enquanto isso o Estado andou fechando escola recentemente. Estou dizendo o Estado, não estou colocando Governo, até porque Governos são passageiros, e o Estado, infeliz, fica refém de Governo.

Com relação... Eu gostei da questão do avanço tecnológico, e vou só dizer uma coisa para você, querida, a televisão chegou na escola como instrumento de apoio pedagógico no final da década de 80, início da década de 90. E olha que a televisão é uma tecnologia muito menos complexa do que a informática.

As escolas estão computadorizadas, algumas delas, mas nem chegam a ser informatizadas, que dirá ser um instrumento didático pedagógico. Por incrível que pareça, a maioria das escolas tem computador que foi adquirido com recursos de atividades desenvolvidas pela comunidade escolar, mas o computador fica em um canto e o professor fica em um outro, e o aluno não passa perto nem da porta. Então, inclusão digital nessas condições!

Eu vou dar o exemplo de um lugar que eu conheço, que é Colíder. Colíder tem vinte e cinco computadores e nove mil alunos dentro do Programa de Inclusão Digital. Então, imaginem a inclusão que nós conseguimos fazer. Nem a propaganda é boa, nem a propaganda é bonita, nesse caso.

Sobre as irregularidades nas escolas, nós estamos muito preocupados. E na condição de dirigente do Sindicato, pois muitas vezes sou cobrado na comunidade sobre isso, a quem compete fiscalizar é à SEDUC. A senhora imagine, Major Zózima, se, no caso sendo a Polícia que tem que ser o agente fiscalizador, acompanhador, se ele for um dos infratores, como é que fica? Então, a senhora já imagina como é a questão da irregularidade das escolas. E o pior, nós só tomamos conhecimento depois que o dano está feito. A exemplo - eu não vou citar o nome de nenhuma escola aqui - do que está acontecendo na região de Sinop, em todo o Nortão, com um programa que, embora tenhamos feito a denúncia, encaminhado-a à SEDUC, isso já tem mais de dois anos. Isso levou mais de um ano com alguém, na assessoria jurídica da SEDUC, sentado em cima. Diferente, Andréia, da nossa posição em relação à questão dos Conselhos, dos Fóruns, e dos espaços com os quais temos responsabilidade institucional.

Eu já estou concluindo.

Nós temos o Fórum Estadual de Educação. Qual é o papel da SEDUC dentro dele? Qual tem sido o papel para encaminhar isso? O Fórum Estadual de Educação é um espaço que, se estiver funcionando, não precisa desse GT. Além disso, eu acho muito interessante: o SINTEP agora

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2004, ÀS 14:30 HORAS.**

---

é responsável por dar um encaminhamento. Ora, qual a nossa competência institucional para isso? Não vamos fazer isso.

Eu respeito muito, procuro fazer um debate com transparência, com franqueza, com sinceridade, mas querer nos responsabilizar por esse procedimento não é por aí.

Agora, o SINTEP dará a resposta necessária à sociedade. Não é para a Secretária de Educação, nem para a assessoria de comunicação da Secretária de Educação, no momento que for oportuno e que for conveniente, mas só fará isso depois que estiver esgotado todo processo de debate dentro da categoria. É isso que faz com que o SINTEP seja um Sindicato livre, democrático e de luta, o fato de fazer esse debate com toda tranqüilidade e dar as respostas que para alguns pode ser constrangedora, mas que para nós é muito tranqüilo fazer quando é necessário fazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradeço a participação de todos os representantes e das autoridades.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Ana Lúcia Bigio;
  - Ila de Castilho Varjão.